



Nota Explicativa:

O POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, estipula como documentos de Prestação de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras;
- Relatório de Gestão.

Nesta conformidade, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2013, elaborado de acordo com as normas estabelecidas no referido diploma, procurando traduzir fielmente a execução orçamental e patrimonial dos documentos previsionais, bem como a situação económica e financeira do Município de Mirandela.

Salienta-se que, em março de 2013 o Tribunal de Contas visou o Empréstimo de Saneamento Financeiro no montante de 7.600.000,00 €, em que se operou a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros vencidos, possibilitando a substituição de dívida comercial por dívida financeira. Este empréstimo integra o Plano de Saneamento Financeiro que é composto por um conjunto integrado e coerente de medidas para um horizonte temporal de 12 anos, agregadas em três eixos de atuação, designadamente, eficiência organizacional; economia, redução de despesa; aumento de receita.

O presente Relatório inicia-se com uma breve caracterização da entidade, seguindo-se a informação orçamental em que se procura clarificar a origem das receitas e despesas, bem como analisar o grau de execução dos valores previstos no Orçamento e Opções do Plano. Posteriormente é apresentada a análise patrimonial do Balanço e Demonstração de Resultados, finalizando-se com a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, conforme estipulado no n.º 7 do artigo 40.º da Lei 2/2007 de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais, e no artigo 86.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Identificação



A 25 de maio de 1250, o Rei D. Afonso III deu Carta de Foral a Mirandela, documento constante da chancelaria de El Rei D. Afonso III, Livro 2 de doações, fls 67 v, tendo esse documento o seguinte teor:

Aos moradores de Mirandela ffloral que lhes elrey dom Afonso conde de Bolonha concedeo etc – A. Dei gratia rex Port. Comes Bolon. amnibus has litteras inspecturis salutem. Noveritis quod ego pono cum hominibus de Mirandela et de sue termino quod de quolibet casato dent mihi quolibet anno vel meo Ricohomini vel cui ego mandavero sex sólidos legion. Pró collectis deparatis in ominibus regalibus. Intret meyrinus meus secundum fórum et consuetudinem de Blagancia pró omnibus suis dum foris et juribus et demandis. Dante apud Vimaranus manadante Rege per V. Didaci et R. Petri superjudices. VIII kalendas junii. E^a M^o CC^a LXXXVIII.

A 16 de maio de 1984, foi aprovada a elevação de Mirandela a cidade, passando a partir desse ano a ser comemorado o dia 25 de maio como Feriado Municipal.

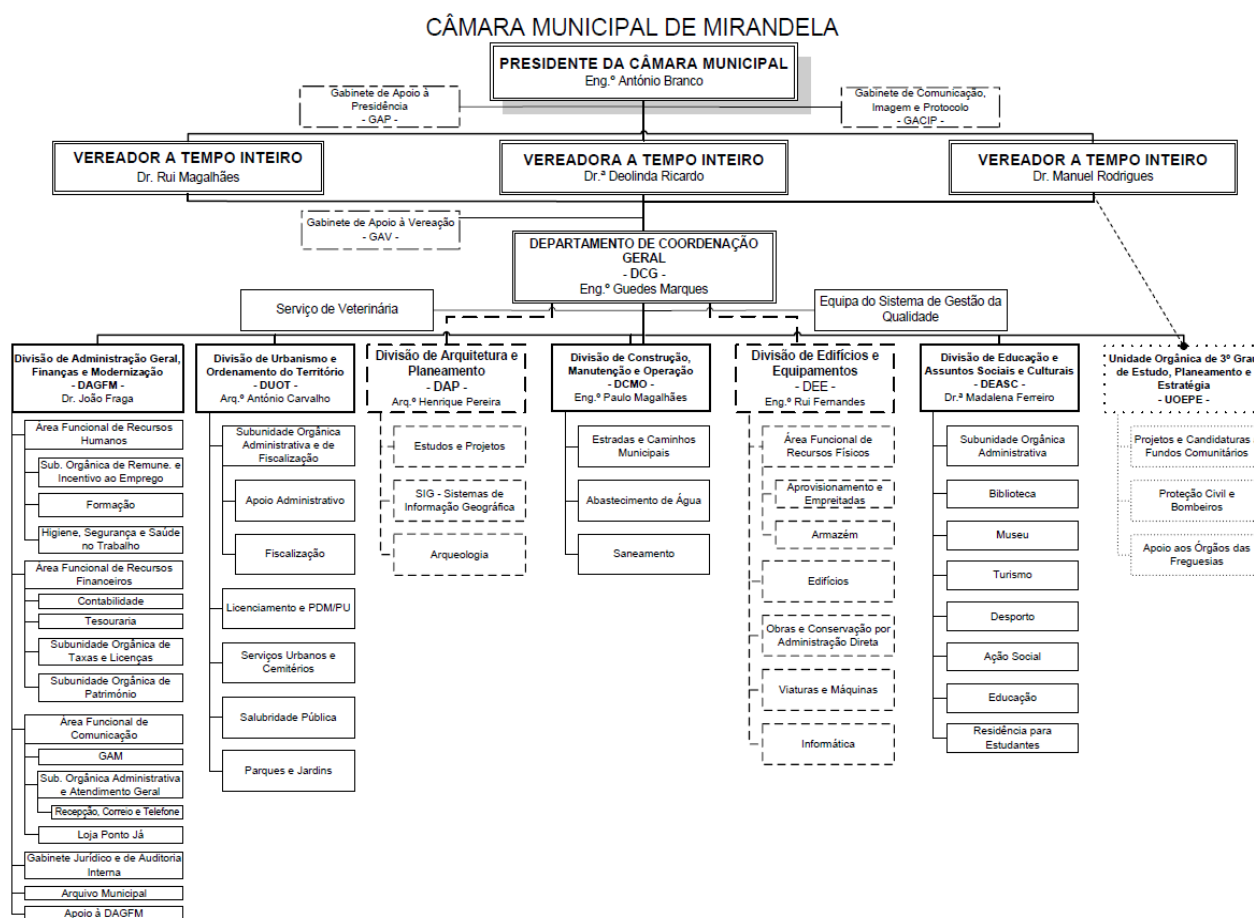
Situado no centro geográfico da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mais concretamente na denominada Terra Quente Transmontana, o concelho de Mirandela tem, segundo os censos de 2011, uma população residente de 23.850 habitantes e uma superfície de 659 Km², distribuída, conforme Reforma da Administração Local, por vinte e cinco freguesias e cinco uniões de freguesias, respetivamente, Abambres, Abreiro, Aguieiras, Alvites, Bouça, Cabanelas, Caravelas, Carvalhais, Cedães, Cobro, Fradizela, Frechas, Lamas de Orelhão, Mascarenhas, Mirandela, Múrias, Passos, São Pedro Velho, São Salvador, Suções, Torre Dona Chama, Vale de Asnes, Vale de Gouvinhas, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas e união das freguesias de Avantos e Romeu, união das freguesias de Franco e Vila Boa, união das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, união das freguesias de Freixeda e Vila Verde e união das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa.



1.2 - Estrutura Orgânica

O Município de Mirandela é uma pessoa coletiva de direito público - N.I.P.C. 506 881 784 / C.A.E. – 84113, exercendo as atribuições conferidas por lei às autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo, reunindo-se quinzenalmente no Salão Nobre do Palácio dos Távoras, estando o regime jurídico de funcionamento definido na Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e as suas competências definidas no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 25 bem como às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designadamente quanto ao previsto nos art.ºs 7.º, 8.º e 9.º, por deliberação da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal em de 17 de dezembro de 2012, procedeu-se à adequação da estrutura orgânica da Câmara Municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, ficando a macro estrutura assim constituída:



2 – O Orçamento Municipal

2.1 – Execução Global do Orçamento

♦ Modificações ao Orçamento inicial

No decorrer do ano 2013, foram efetuadas sete modificações ao orçamento inicialmente aprovado, sendo que seis foram em forma de alteração e uma em forma de revisão, determinando no total uma diminuição do valor do orçamento de 8.639.258,49 €.

Conforme estipulado no ponto 8.3.1.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) o aumento do valor global do orçamento inicial efetua-se por uma revisão ao orçamento, tendo sido realizada apenas uma revisão orçamental que resultou da introdução do saldo da gerência de 2012 (538.798,51 €) e da inclusão da rubrica reposições não abatidas nos pagamentos (5.000,00 €). Durante o exercício de 2013 o orçamento da receita sofreu um aumento de 7.600.000,00 € pela introdução do valor do empréstimo de saneamento financeiro, efetuada através de uma alteração, pois de acordo com o mesmo ponto do POCAL, os empréstimos contratados podem ser incorporados no orçamento através de uma alteração. No entanto, na mesma alteração em que foi introduzido o valor do empréstimo, como forma de ajustar os valores inicialmente previstos, foram também efetuadas reduções em algumas rubricas da receita, conforme se pode verificar no Quadro n.º 1, das quais resultaram uma redução de 8.639.258,49 € no orçamento da receita e, consequentemente, a mesma redução no orçamento da despesa.

O Quadro a seguir apresentado ilustra como evoluíram as dotações orçamentais, face aos ajustamentos das previsões.

Quadro n.º 1 – Resumo das Modificações Orçamentais

Modificações Orçamentais					
Descrição	Dotação Inicial	Reforços	Anulações	Dotações Corrigidas	Varição
Receita					
01 - Impostos Diretos	2.302.934,00	0,00	0,00	2.302.934,00	0,00
02 - Impostos Indiretos	98.456,00	0,00	0,00	98.456,00	0,00
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	442.884,00	0,00	0,00	442.884,00	0,00
05 - Rendimentos de Propriedade	1.980.000,00	0,00	0,00	1.980.000,00	0,00
06 - Transferências Correntes	17.972.282,00	0,00	5.547.612,00	12.424.670,00	-5.547.612,00
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	4.314.768,00	0,00	0,00	4.314.768,00	0,00
08 - Outras Receitas Correntes	321.000,00	0,00	150.000,00	171.000,00	-150.000,00
Total Receitas Correntes	27.432.324,00	0,00	5.697.612,00	21.734.712,00	-5.697.612,00
09 - Venda de Bens de Investimento	695.000,00	0,00	180.000,00	515.000,00	-180.000,00
10 - Transferências de Capital	16.057.067,00	0,00	10.785.445,00	5.271.622,00	-10.785.445,00
12 - Passivos Financeiros	0,00	7.600.000,00	0,00	7.600.000,00	7.600.000,00

13 - Outras Receitas de capital	180.000,00	0,00	120.000,00	60.000,00	-120.000,00
Total Receitas de Capital	16.932.067,00	7.600.000,00	11.085.445,00	13.446.622,00	-3.485.445,00
15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
16 - Saldo da Gerência Anterior	0,00	538.798,51	0,00	538.798,51	538.798,51
Total Outras Receitas	0,00	543.798,51	0,00	543.798,51	543.798,51
Total da Receita	44.364.391,00	8.143.798,51	16.783.057,00	35.725.132,51	-8.639.258,49
Despesa					
01 - Despesas com Pessoal	7.280.500,00	728.900,00	1.177.006,00	6.832.394,00	-448.106,00
02 - Aquisição de Bens e Serviços	13.963.672,00	1.924.900,00	1.748.700,00	14.139.872,00	176.200,00
03 - Juros e Outros Encargos	880.483,00	891.220,00	38.000,00	1.733.703,00	853.220,00
04 - Transferências Correntes	3.467.000,00	954.000,00	563.500,00	3.857.500,00	390.500,00
05 - Subsídios	0,00	233.798,51	90.000,00	143.798,51	143.798,51
06 - Outras Despesas Correntes	215.000,00	5.000,00	34.000,00	186.000,00	-29.000,00
Total Despesas Correntes	25.806.655,00	4.737.818,51	3.651.206,00	26.893.267,51	1.086.612,51
07 - Aquisição de Bens de Capital	14.999.346,00	731.200,00	9.162.371,00	6.568.175,00	-8.431.171,00
08 - Transferências de Capital	2.458.500,00	45.000,00	1.285.700,00	1.217.800,00	-1.240.700,00
09 - Ativos Financeiros	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
10 - Passivos Financeiros	1.044.890,00	0,00	0,00	1.044.890,00	0,00
11 - Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,00	4.000,00	1.000,00	-4.000,00
Total Despesas Correntes	18.557.736,00	776.200,00	10.502.071,00	8.831.865,00	-9.725.871,00
Total da Despesa	44.364.391,00	5.514.018,51	14.153.277,00	35.725.132,51	-8.639.258,49

Do lado da receita constata-se que a maior redução foi operada nas transferências correntes e de capital, designadamente nas transferências respeitantes a projetos co-financiados.

No que respeita à despesa, a maior redução verificou-se na rubrica de Aquisição de Bens de Capital, devido a recalendarização do prazo de execução de algumas obras, de onde se destaca a construção do Museu da Oliveira e do Azeite, a requalificação do Acesso Oeste do IP4 a Mirandela e a EsACT – Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo cujo prazo de execução foi objeto de uma reprogramação, originando uma diminuição de 2.198.000,00 € nas dotações de 2013.

♦ Movimentos de Tesouraria

O mapa dos Fluxos de Caixa (que faz parte integrante dos documentos de Prestação de Contas) retrata os movimentos financeiros efetuados durante o exercício, sintetizando os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Quadro n.º 2 – Resumo dos Fluxos de Caixa

Saldo da Gerência Anterior	
Execução Orçamental	538.798,51
Operações de Tesouraria	961.571,63

Receita	
Receita Corrente	17.117.289,77
Receita de Capital	10.924.330,79
Outras Receitas	1.733,25
Operações de Tesouraria	1.470.229,02
Despesa	
Despesa Corrente	21.612.770,45
Despesa de Capital	6.302.846,60
Operações de Tesouraria	1.466.429,73
Saldo para a Gerência Seguinte	
Execução Orçamental	666.535,27
Operações de Tesouraria	965.370,92

Pela análise do Quadro n.º 2, verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 29.513.582,83 €, dos quais 28.043.353,81 € correspondem a execução orçamental e 1.470.229,02 € têm origem em receitas de operações de tesouraria. São consideradas como operações de tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros.

Por outro lado, os pagamentos totalizaram 29.382.046,78 €, repartidos pelas despesas orçamentais (27.915.617,05 €) e pelas despesas de operações de tesouraria (1.466.429,73 €).

Assim, no que respeita à execução orçamental, considerando o saldo inicial de 538.798,51 €, bem como os recebimentos e pagamentos da gerência, resultou um saldo para a gerência de 2014 de 666.535,27 €.

♦ Indicadores Orçamentais

O Quadro n.º 3 apresenta os indicadores de natureza orçamental, que espelham de forma genérica a atividade da Autarquia durante os últimos quatro anos.

Quadro n.º 3 – Indicadores de Natureza Orçamental

Rácios	2010	2011	2012	2013
Receita				
Crescimento da receita	-15,6%	-12,5%	14,6%	40,5%
Receitas correntes / receitas totais	74,1%	75,9%	73,8%	61,0%
Transferências correntes / receitas correntes	63,0%	58,6%	53,8%	59,5%
Impostos diretos / receitas correntes	13,0%	14,1%	16,7%	14,8%
Despesa				

Crescimento da despesa total	-16,7%	-11,5%	12,7%	41,6%
Despesas correntes / despesa total	72,0%	75,2%	77,4%	77,4%
Pessoal / despesas correntes	53,4%	53,8%	42,0%	31,1%

Dívida à Banca

Serviço da dívida / receitas correntes	6,1%	6,6%	7,8%	8,7%
Serviço da dívida / despesa	4,5%	5,0%	5,8%	5,3%

Nos últimos dois anos a receita tem registado um crescimento, salienta-se que o aumento de 40,5 % ocorrido durante o ano de 2013, corresponde ao empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.600.000,00 € que apesar de ter sido objeto de deliberação pela Assembleia Municipal em 2012, apenas foi visado pelo Tribunal de Contas em março de 2013.

As receitas correntes continuam a representar mais de metade da receita total, destacando-se neste grupo de receitas as transferências correntes, o que demonstra a dependência do Município face às transferências do Orçamento de Estado.

Ao nível da despesa, salienta-se que estes indicadores foram calculados com base na execução da despesa, ou seja nos valores efetivamente pagos. Assim, o elevado aumento verificado em 2013 resulta do facto de ter sido disponibilizado o valor do empréstimo de saneamento financeiro, que permitiu efetuar os pagamentos constantes nas listagens anexas aos respetivos contratos de empréstimos (este empréstimo será objecto de análise mais aprofundada na parte correspondente às receitas de capital).

O peso da despesa corrente tem vindo a aumentar nos últimos anos, fruto do investimento realizado em anos anteriores, representando mais de 70% da despesa total. Por sua vez, as despesas com pessoal afeto ao serviço autárquico tem vindo a diminuir, fruto de uma forte política interna de contenção, bem como dos cortes salariais operados pelos Orçamentos de Estado.

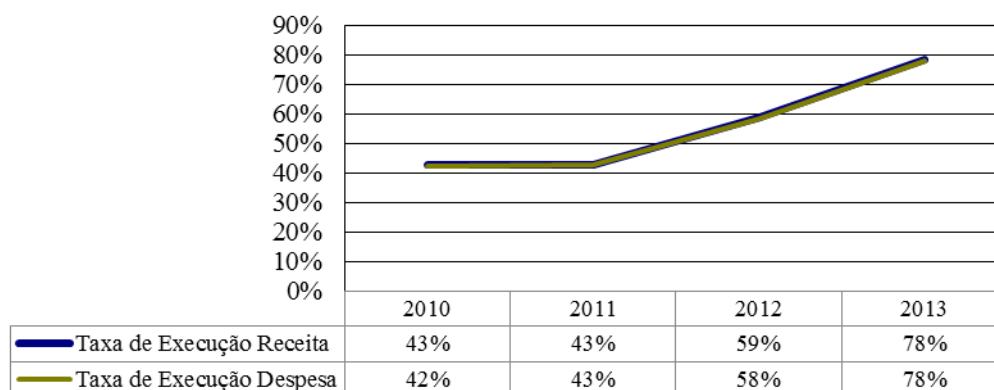
Relativamente ao serviço da dívida, os encargos com juros e amortização de empréstimos têm vindo a aumentar, no entanto o rácio que compara esta despesa com a despesa total diminuiu devido ao aumento do valor da despesa em 2013. Quando comparado com a receita corrente, verifica-se que o rácio tem vindo a aumentar.

♦ Análise Sumária da Execução Orçamental

Conforme referido anteriormente, o Orçamento e as Opções do Plano para o ano de 2013, foram aprovados com um valor de 44.364.391,00 €, no entanto, sendo este um documento previsional, sofreu modificações ao longo do ano, das quais resultou um valor corrigido de 35.725.132,51 €.

Pela análise do Gráfico n.º 1, conclui-se que a execução orçamental tem sofrido um grande aumento nos últimos anos, sendo que no final do ano de 2010 a taxa de execução era de 43%, em 2013 ascendeu aos 78%, fruto do empréstimo de saneamento financeiro, que permitiu aumentar a receita e em contrapartida realizar um maior volume de pagamentos do lado da despesa. Mas se é certo que em 2013, o referido empréstimo contribuiu para o aumento da taxa de execução do orçamento, também é verdade que nos últimos anos essa taxa tem aumentado, salientando-se que, excluindo o valor do empréstimo, a taxa de execução para o exercício de 2013 foi superior a 50%, o que demonstra um maior rigor na elaboração dos orçamentos municipais.

Gráfico n.º 1 - Evolução das Taxas de Execução Orçamental



O Quadro n.º 4 sintetiza a execução das receitas e despesas, bem como o desvio face ao valor da dotação corrigida.

A execução do orçamento da receita foi de 28.043.353,81 €, mais 8.080.298,75 € que em 2012, sendo que, conforme mencionado anteriormente, 7.600.000,00 € correspondem ao empréstimo contratado. As receitas correntes cobradas ascenderam a 17.117.289,77 €, ou seja, 61% da receita total arrecadada, enquanto que as receitas de capital foram executadas em 10.924.330,79 € (39% da receita total).

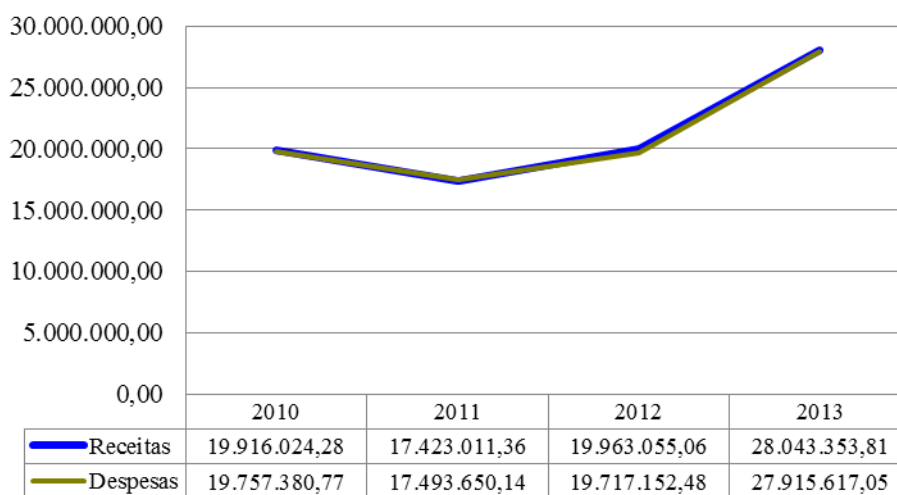
A despesa paga em 2013 totalizou 27.915.617,05 €, dos quais 21.612.770,45 € respeitam a despesas correntes, apresentando um desvio de execução relativamente ao valor previsto de 19,64%, enquanto que as despesas de capital foram executadas em 71,36% do valor previsto (6.302.846,60 €).

Quadro n.º 4 – Resumo da Execução Orçamental

		Dotação Corrigida	Execução	Grau de Execução	Desvio Orçamental
Receita	Corrente	21.734.712,00	17.117.289,77	78,76%	21,24%
	Capital	13.446.622,00	10.924.330,79	81,24%	18,76%
	Outras	543.798,51	1.733,25	0,32%	99,68%
Total Receitas		35.725.132,51	28.043.353,81	78,50%	21,50%
Despesa	Corrente	26.893.267,51	21.612.770,45	80,36%	19,64%
	Capital	8.831.865,00	6.302.846,60	71,36%	28,64%
Total Despesas		35.725.132,51	27.915.617,05	78,14%	21,86%

O gráfico n.º 2 ilustra a evolução da receita e da despesa ao longo dos últimos quatro anos.

Gráfico n.º 2 - Evolução da Receita e Despesa

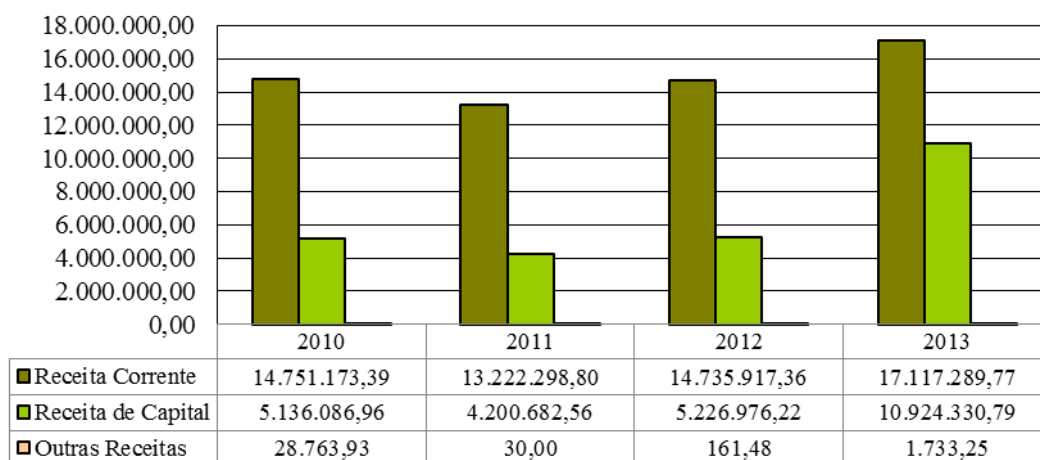


2.2 – Execução do Orçamento da Receita

A análise da execução do orçamento da receita será efetuada através da comparação dos valores previstos com os valores efetivamente cobrados, pretende-se destacar as rubricas que foram mais relevantes na estrutura da receita em 2013, bem como as variações verificadas ao longo do quadriénio.

O Gráfico n.º 3 apresenta a evolução da receita nos últimos quatro anos.

Gráfico n.º 3 - Evolução da Receita



♦ Receita Corrente

A receita corrente cobrada totalizou em 2013 o montante de 17.117.289,77 €, com uma taxa de execução face ao previsto de 78,76%. Pela análise do Gráfico n.º 4 podemos concluir que as transferências correntes são as que têm maior expressão no total das receitas correntes, tendo registado um aumento de 2.259.645,08 €. O Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) é transferido para a Autarquia em duas partes sendo que uma corresponde a receita corrente e a outra a receita de capital. Em 2012, a percentagem de FEF corrente era de 60% do FEF total, passando em 2013 a representar 80%, o que justifica o elevado aumento das transferências correntes.

De referir ainda que em 2012 foram efetuadas retenções no Fundo de Equilíbrio Financeiro no valor de cerca de 500.000,00 € para regularização da dívida do Município para com a ADSE, conforme estipulado nos n.º 1 e 3 do artigo 14.º do Decreto Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2012, sendo que estas retenções tiveram início em 2011, tendo sido retido o montante de 290.000,00 €. Salienta-se que, para além da retenção efetuada para a ADSE, tem sido também retido anualmente o montante de 142.544,00 €, transferido para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) conforme estipulado nos diplomas que anualmente estabelecem as disposições necessárias à execução dos orçamentos do Estado.

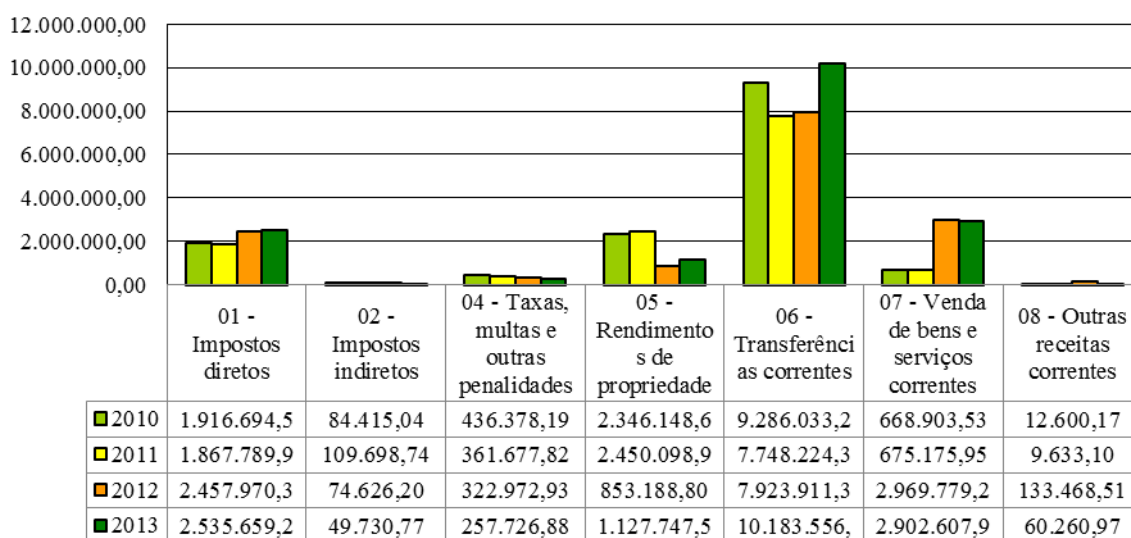
A rubrica rendimentos de propriedade, compreende o valor pago pela EDP pela ocupação do espaço de domínio público e os juros recebidos pelos depósitos bancários, estes últimos com pouca expressão. Assim, o aumento verificado em 2013, não corresponde a um aumento real de receita mas sim ao facto de a receita referente ao último trimestre de 2012 ter sido recebido em 2013. Destaca-se que em 2010 e 2011, esta rubrica teve um valor elevado devido às transferências que os

serviços Municipalizados efetuaram para o Município destinado ao pagamento das rendas devidas pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD) pela ocupação das infraestruturas pertencentes ao património municipal.

A diminuição verificada na rubrica taxas multas e outras penalidades, deve-se à quebra da receita das taxas de loteamentos e obras, o que poderá explicar-se pela crise que afeta o setor da construção civil.

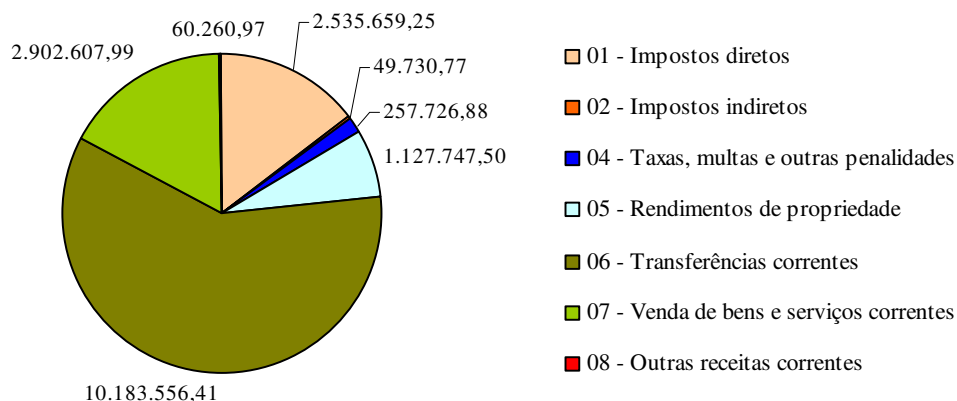
A venda de bens e serviços correntes teve um comportamento análogo nos últimos dois anos, o que não se verifica quando se compara o ano 2011 com o ano 2012, em que esta receita teve um grande aumento devido à extinção dos Serviços Municipalizados e à consequente integração dos seus serviços no Município, passando a cobrança de água a ser realizada pela Câmara Municipal. A receita proveniente da venda de água ascendeu a 1.586.064,77 €, existindo ainda um saldo de receita por cobrar no final do ano correspondente a água no montante de 390.493,89 €, valor muito inferior ao valor cobrado pela ATMAD. A receita de água, juntamente com a receita de taxa de saneamento (366.829,23 €) e de resíduos sólidos (425.252,70 €) representam o grosso das receitas de bens e serviços correntes. Destaca-se ainda, neste grupo de receitas, o valor cobrado pela alimentação e alojamento na Residência de Estudantes.

Gráfico n.º 4 - Evolução da Estrutura da Receita Corrente



O Gráfico n.º 5 caracteriza a estrutura da receita corrente cobrada durante o exercício de 2013, de onde se conclui, que as transferências correntes representam a maior parcela da receita corrente.

Gráfico n.º 5 - Composição da Receita Corrente



Os impostos diretos são a terceira fatia mais representativa do bolo da receita corrente, tendo registado um ligeiro aumento relativamente a 2012, apesar do valor do IMT (imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis ter registado uma quebra superior a 40% (em 2012 a autarquia arrecadou 487.277,61 € e em 2013 apenas recebeu 268.914,61 €), fruto da crise que se faz sentir no ramo imobiliário. Do valor total dos impostos diretos (2.535.659,25 €), 1.784.004,52 € foram cobrados em sede de IMI (imposto municipal sobre imóveis) e 482.737,12 € respeitantes ao IUC (imposto único de circulação).

O Quadro n.º 5 enumera as transferências correntes recebidas durante o ano de 2013. Como já foi mencionado a maior fatia corresponde aos fundos municipais, seguida das transferências do Ministério da Educação e Ciência para financiar as despesas do pessoal não docente transferido para o Município. De salientar o reduzido valor que entra nos cofres da Autarquia para financiamento dos transportes escolares, que conforme se poderá verificar no ponto correspondente à despesa corrente, representa apenas 11% da despesa paga pela prestação desse serviço.

Quadro N.º 5 – Receita - Transferências Correntes

Entidade	Descrição	Valor
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	FEF Corrente	7.143.942,00
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Fundo Social Municipal	388.212,00
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Participação Fixa no IRS	577.284,00
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Transportes Escolares	122.382,00
Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Norte	Financiamento de Despesas do 1.º Ciclo	289.530,33
Ministério da Educação e da Ciência	Protocolo de Transferência de Competências para o Município	1.401.630,54
Instituto para o Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, IP	Subsídios Agrícolas	303,51

Programa Operacional Potencial Humano	Qualificação dos Prof. da Adm. Pública / Planos de Igualdade	18.326,30
Veiligheidsregio Zuid-Holland Zuid	Interreg IVC - Projeto MISRAR	30.658,77
Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP	Programas Ocupacionais	190.859,79
Instituto da Segurança Social	Comissão de Proteção de Menores	20.427,17
Total		10.183.556,41

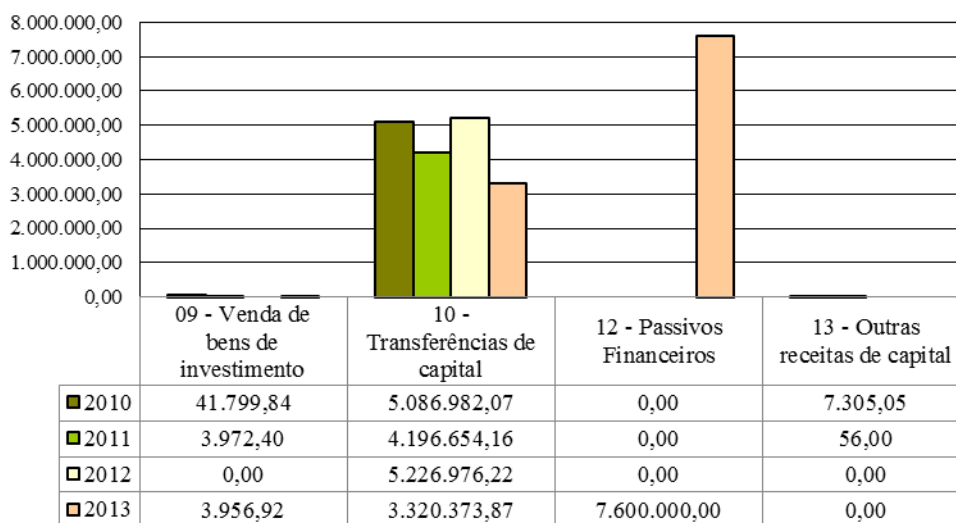
♦ Receita de Capital

O grau de realização das receitas de capital foi de 81%, para o qual muito contribui a execução das receitas de passivos financeiros, comparando com os últimos quatro exercícios, este foi o único ano em que houve contratação de um empréstimo, sendo que o ultimo tinha sido contratado em 2009 ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.

Analisando o Gráfico n.º 6 e a tabela anexa, verifica-se que a rubrica passivos financeiros foi a única que aumentou em 2013. Como já foi mencionado anteriormente, aquando da análise das transferências correntes, a alteração na taxa de repartição do FEF, que alterou a percentagem do FEF de correntes de 60% para 80%, ficando o valor do FEF de capital apenas nos 20%, provocou uma diminuição das transferências de capital, em 2013 este valor foi de 1.498.751,87 €, enquanto que em 2012 o valor recebido das transferências de capital do Orçamento do Estado foi de 3.643.243,00€.

As transferências de capital comportam ainda os valores recebidos provenientes de comparticipações comunitárias de projetos co-financiados, os quais totalizaram 1.498.751,87 €, dos quais 40% (606.703,99 €) respeitam ao financiamento da construção da EsACT. Foi ainda transferido para o Município, durante o ano de 2013, o montante de 280.381,91 €, respeitante a pedidos de reembolso efetuados durante os anos de 2011 e 2012 para financiamento da obra Colmatação da Rede de abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais do Concelho, 155.026,81 € referentes ao projeto SISTMIR – Sistema de Gestão para o Património do Concelho de Mirandela, 118.994,73 € para financiamento do obra Requalificação das Margens da Ribeira de Carvalhais – Ecoteca, salienta-se que este valor recebido em 2013 é referente à comparticipação de despesa paga pelo Município durante os anos de 2009, 2010 e 2011.

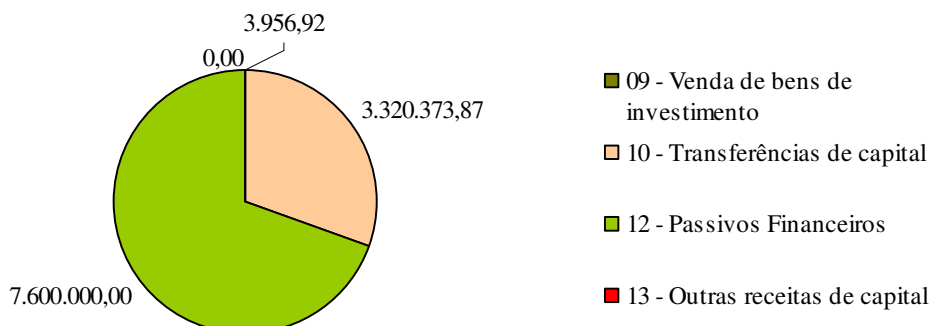
Gráfico n.º 6 - Evolução da Estrutura da Receita de Capital



O Gráfico n.º 7 representa a estrutura da receita de capital executada em 2013. Conforme foi referido a taxa de execução das receitas de capital alcançada em 2013 foi a melhor dos últimos quatro anos devido à utilização do valor do empréstimo de saneamento financeiro, no entanto, excluindo o montante do empréstimo, a taxa de seria 57%, ou seja, mesmo sem o referido empréstimo a maior taxa de execução das receitas de capital era a correspondente ao exercício em análise.

Conforme mencionado anteriormente, durante o ano de 2013, o Município de Mirandela obteve visto do Tribunal de Contas ao Plano de Saneamento Financeiro que se propôs cumprir como forma de promover a recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro. Para além das diversas medidas de redução de despesa e aumento de receita, o Plano integra o recurso ao empréstimo de saneamento financeiro, que permitirá, mais do que a consolidação de passivos financeiros do Município, injetar na economia 7.600.000,00 € para liquidação de dívidas vencidas, possibilitando, assim, o saneamento e a garantia de sustentabilidade de inúmeros agentes económicos com consequências diretas na manutenção de postos de trabalho. O financiamento desta operação, foi contratualizado com duas instituições bancárias, Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 5.200.000,00 € e com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCA), no valor de 2.400.000,00 €, perfazendo, deste modo o total de 7.600.000,00 €, ambos pelo prazo de 12 anos, com um períodos de carência de 12 meses.

Gráfico n.º 7 - Composição da Receita de Capital

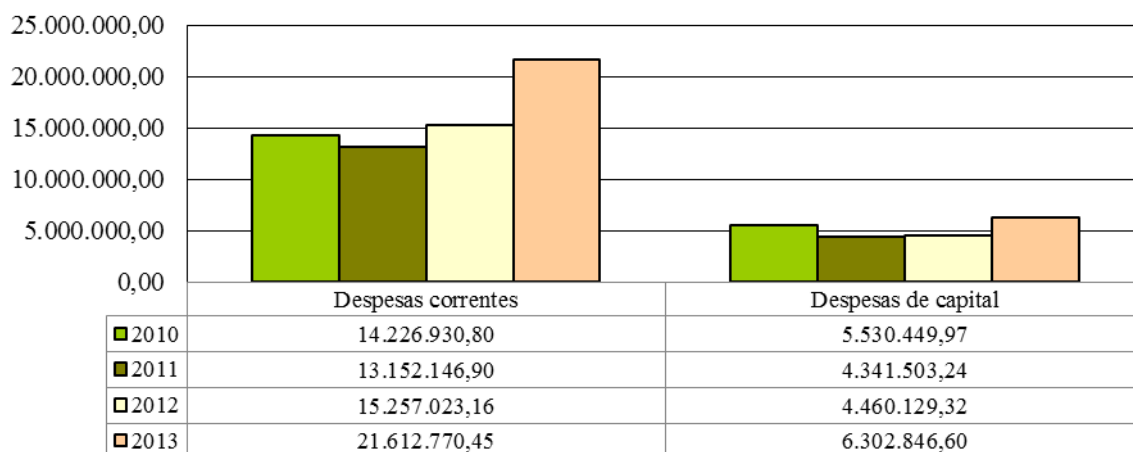


2.3 – Execução do Orçamento da Despesa

Neste ponto, serão analisadas as despesas do Município no ano de 2013, procedendo à comparação com os últimos quatro anos, bem como à comparação dos valores previstos (corrigidos) no orçamento da despesa com as despesas efetivamente pagas. Será dado especial ênfase às despesas mais relevantes.

O Gráfico n.º 8 apresenta a evolução da despesa durante o ultimo quadriênio, permitindo observar que 2013 foi o ano em que a despesa corrente e a despesa de capital tiveram um valor mais elevado, embora a diferença tão elevada se deva ao empréstimo utilizado (7.600.000,00 €), excluindo esse montante o crescimento da despesa de 2012 para 2013 era de 3% (cerca de 600.000,00 €), o que demonstra a preocupação do Executivo Municipal com a contenção da despesa.

Gráfico n.º 8 - Evolução da Despesa

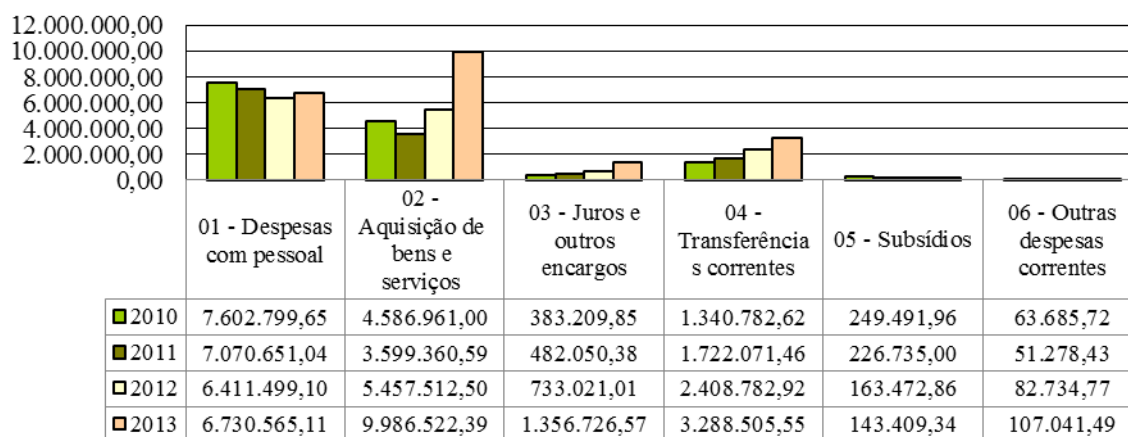


◆ Despesa Corrente

Nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços são as que maior aumento têm sofrido e em 2013 são as que maior peso têm no total das despesas correntes, ultrapassando as despesas com pessoal. Salienta-se que a partir de 2012, com a integração dos Serviços Municipalizados, todas as despesas inerentes ao fornecimento de água aos munícipes passaram a ser pagos pelo orçamento municipal, acrescenta-se ainda que muita despesa com aquisição de bens e serviços adquiridos em anos anteriores foi paga em 2013 com o empréstimo contratado. As despesas com pessoal tiveram um decréscimo em 2012 fruto dos cortes salariais que recaíram sobre a função pública, e em 2013 tiveram um ligeiro aumento.

O aumento de 85% verificado nos juros e outros encargos, deve-se ao aumento dos juros de empréstimos de médio e longo prazo e aos juros de mora comerciais.

Gráfico n.º 9 - Evolução da Estrutura da Despesa Corrente

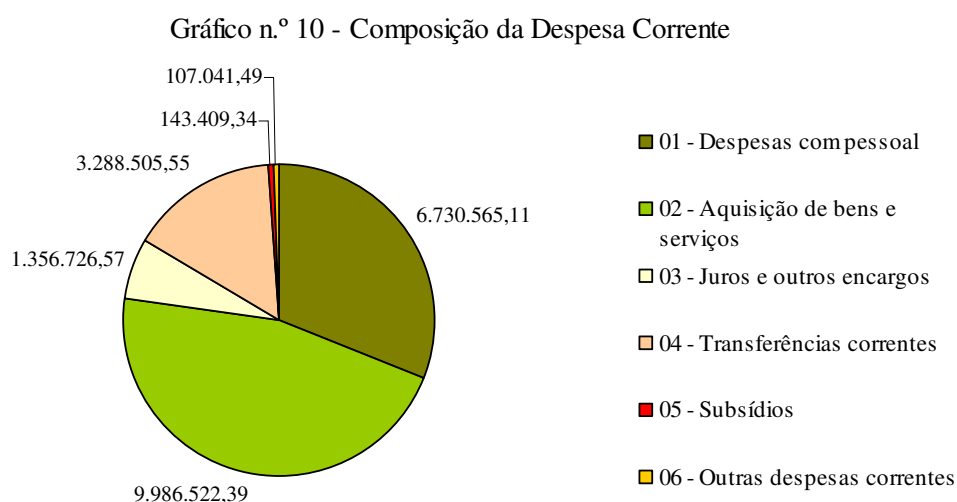


O Gráfico n.º 10 apresenta a composição da despesa corrente do ano de 2013. Como já foi referido, a aquisição de bens e serviços é a rubrica que maior peso teve no total das despesas correntes, representando 46%, pelo que se apresenta posteriormente o Quadro n.º 6 com a descrição mais pormenorizada das rubricas que compõem a aquisição de bens e serviços.

As despesas com pessoal, dividem-se em três grupos, o primeiro designado de remunerações certas e permanentes, executadas em 5.311.908,14 €, que contempla as remunerações, os subsídios de férias e natal, subsídio de refeição e remuneração por doença e maternidade/paternidade. O segundo

corresponde aos abonos, designadamente horas extraordinárias, ajudas de custo, entre outros. O terceiro respeita aos encargos com as remunerações, nomeadamente Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, indemnizações por acidentes em serviço e ADSE, sendo que relativamente a esta salienta-se que são as Autarquias que suportam todos os encargos com saúde dos seus trabalhadores e agregados familiares, a ADSE funciona apenas como intermediária com os prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas, importa ainda acrescentar que o desconto feito sobre a remuneração auferida pelos trabalhadores é entregue na íntegra à ADSE. Este terceiro grupo alcançou em 2013 uma despesa de 1.231.376,22 €.

Os gastos com pessoal tiveram, em termos absolutos, um ligeiro aumento de cerca de 319.000,00 €, no entanto, analisando o comportamento da rubrica correspondente ao subsídio de férias e natal, verifica-se que aumentou cerca de 345.000,00 €, fruto da reposição dos subsídios de férias e natal em face da inconstitucionalidade determinada pelo Tribunal Constitucional, concluindo-se que as despesas com pessoal propriamente ditas diminuíram, consequência de contenção de despesa com que o Executivo Municipal se comprometeu no Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente a diminuição da despesa com horas extraordinárias e ajudas de custo, bem como o não recrutamento de pessoal, apesar de ter havido durante o exercício de 2013 dez saídas, por diversos motivos, designadamente, falecimento de um trabalhador, dois trabalhadores por mobilidade, dois trabalhadores por termo do contrato e cinco por aposentação.



A execução da despesa é calculada com base nos pagamentos (9.986.522,39 €), no entanto e no caso da aquisição de bens e serviços, os compromissos assumidos e não pagos ascendem a 5.775.781,41 €, valor a considerar na elaboração dos orçamentos de exercícios futuros. No entanto

o montante de compromissos assumidos e não pagos em 2012 era de 9.088.512,19 €, ou seja, era substancialmente maior, facto que reforça mais uma vez a política interna de redução de despesa.

No grupo da aquisição de bens, destaca-se a despesa com gasóleo, que comparada com 2012 reduziu mais de 19.000,00 €, a despesa com as refeições fornecidas aos alunos do ensino básico, nesta a oscilação foi ligeira, a compra de água que juntamente com a rubrica de tratamento em alta de águas residuais somam 4.946.807,73 € correspondente ao valor da faturação emitida pela ATMAAD aos quais acresce ainda a taxa de recursos hídricos que totalizou cerca de 46.000,00 €.

O gasto com encargos de instalações foi de 702.202,91 €, menos 40.000,00 € que em 2012, compreendendo esta despesa os encargos com eletricidade e gás em todos os edifícios municipais incluindo escolas e piscina municipal coberta. As comunicações sofreram também uma ligeira diminuição.

A despesa com transportes escolares, que representam também uma forte despesa para a Autarquia, foi de 1.089.499,48 €, mais de metade do que em 2012 (o valor pago em 2012 foi de 551.264,16 €), o saldo de compromissos por pagar no final de 2012 era de 809.264,03 €, sendo que em 2013 ficou em 281.517,70 €.

A rubrica de trabalhos especializados respeita à despesa com análises de controlo da qualidade de água dos sistemas de abastecimento público a cargo do Município, bem como análises da qualidade de água da piscina municipal, licenças de software informático, manutenção e gestão da aplicação informática Medidata, entre outros. Estas despesas totalizaram em 2013 o montante de 355.163,80 €, incluem-se também neste grupo as despesas com as atividades extracurriculares do ensino básico que somam mais de 212.000,00 €.

Quadro n.º 6 – Execução da Despesa de Aquisição de Bens e Serviços

Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos		Execução	Taxa Exec.
		Exercício	Exercícios Futuros		
Aquisição de Bens e Serviços					
Aquisição de Bens	4.511.372,00	4.442.809,33	1.432.447,94	2.322.092,60	51,47%
Matérias-Primas e Subsidiárias	160.000,00	127.786,64	70,20	103.628,83	64,77%
Gasolina	38.000,00	37.920,58	0,00	37.920,58	99,79%
Gasóleo	185.000,00	185.000,00	0,00	158.151,85	85,49%
Outros Combustíveis ou Lubrificantes	29.500,00	22.217,14	1.108,76	21.984,34	74,52%
Munições, Explosivos e Artifícios	10.000,00	9.491,15	0,00	9.251,15	92,51%
Limpeza e Higiene	44.100,00	43.553,51	0,00	37.694,80	85,48%
Alimentação - Refeições Confeccionadas	520.000,00	513.695,34	53.642,52	329.015,75	63,27%
Alimentação - Géneros para Confeccionar	6.000,00	5.457,92	0,00	857,92	14,30%

Vestuário e Artigos Pessoais	30.500,00	28.173,63	0,00	24.882,44	81,58%
Material de Escritório	71.000,00	67.051,35	0,00	58.489,78	82,38%
Produtos Químicos e Farmacêuticos	41.000,00	38.496,04	0,00	34.446,58	84,02%
Material de Transporte - Peças	48.000,00	47.615,97	27,00	39.938,65	83,21%
Outro Material - Peças	5.000,00	4.667,97	0,00	2.894,61	57,89%
Prêmios, Condecorações e Ofertas	17.000,00	16.896,33	0,00	15.035,47	88,44%
Água	3.067.072,00	3.067.072,00	1.375.234,86	1.286.864,58	41,96%
Outras Mercadorias para venda	3.000,00	2.053,13	0,00	1.800,00	60,00%
Ferramentas e Utensílios	29.500,00	28.635,61	1.228,44	26.445,51	89,65%
Livros e Documentação Técnica	1.000,00	653,95	0,00	653,95	65,40%
Material de Educação, Cultura e Recreio	17.200,00	15.662,99	0,00	13.429,31	78,08%
Outros Bens	188.500,00	180.708,08	1.136,16	118.706,50	62,97%
Aquisição de Serviços	9.628.500,00	9.451.199,08	435.847,45	7.664.429,79	79,60%
Encargos com as Instalações	735.000,00	734.127,98	0,00	702.202,91	95,54%
Limpeza e Higiene	175.000,00	171.383,90	4.830,00	115.144,97	65,80%
Conservação de Bens	101.000,00	90.024,48	822,77	67.005,68	66,34%
Locação de Edifícios	25.000,00	24.818,32	0,00	24.818,32	99,27%
Locação de Outros Bens	84.000,00	78.846,96	0,00	71.317,73	84,90%
Comunicações	230.000,00	222.367,44	0,00	207.767,19	90,33%
Transportes Escolares	1.384.000,00	1.371.017,18	58.325,77	1.089.499,48	78,72%
Outros Transportes	90.000,00	84.564,91	400,00	74.685,46	82,98%
Representação dos Serviços	27.000,00	26.482,99	0,00	18.551,85	68,71%
Seguros	23.000,00	22.520,91	0,00	21.535,51	93,63%
Deslocações e Estadas	12.500,00	10.644,30	0,00	10.384,30	83,07%
Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	41.000,00	39.975,00	0,00	39.655,20	96,72%
Formação	55.000,00	52.524,21	0,00	27.162,21	49,39%
Seminários, Exposições e Similares	5.000,00	4.757,25	0,00	4.757,25	95,15%
Publicidade	111.000,00	104.700,85	0,00	86.974,93	78,36%
Vigilância e Segurança	109.000,00	108.816,36	0,00	60.299,26	55,32%
Assistência Técnica	14.000,00	8.641,03	0,00	6.920,87	49,43%
Outros Trabalhos Especializados	475.000,00	431.502,14	11.515,04	355.163,80	74,77%
Encargos de Cobrança de Receitas	100.000,00	88.316,41	0,00	87.816,44	87,82%
Iluminação Pública	725.000,00	725.000,00	0,00	715.148,77	98,64%
Tratamento em Alta de Águas Residuais	4.814.000,00	4.814.000,00	359.953,87	3.659.943,15	76,03%
Outros Serviços	293.000,00	236.166,46	0,00	217.674,51	74,29%
Total	14.139.872,00	13.894.008,41	1.868.295,39	9.986.522,39	70,63%

De acordo com o Gráfico n.º 10, o valor pago de transferências correntes, foi de 3.288.505,55 €, sendo que a maior fatia corresponde às faturas vencidas da Resíduos do Nordeste - EIM (1.534.120,53 €) e Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana - AMTQT (1.160.709,54 €), pagas com o empréstimo de saneamento financeiro.

O Quadro n.º 7 ilustra as transferências correntes efetuadas durante o ano de 2013.

Quadro n.º 7 – Transferências Correntes

Entidade	Valor
Associação para o Desenvolvimento de São Pedro de Vale do Conde	7.200,00
Aero Clube de Mirandela	18.000,00
Agrupamento de Escuteiros, 478-São Francisco de Assis	1.134,00
Associação Cultural e Recreativa de Vale da Sancha	540,00
Associação Cultural Recreativa de Fradizela	540,00
Associação Cultural Recreativa de Lamas de Orelhão	540,00
Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Contins	540,00
Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Múrias	540,00
Associação de Socorros Mútuos E dos Artistas Mirandenses	6.615,00
Associação Desportiva Cultural e Social de Carvalhais	540,00
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana	1.160.709,54
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Torre De Dona Chama	45.488,57
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela Mirandela	118.296,42
Associação Mirandense de Artes Orientais	4.498,20
Associação Mircom-Mirandela Comercial	29.551,00
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	11.439,01
Associação Torriense de Lutas e Desportos Radicais A.T.L.D.R.	4.950,00
C.N.E - Agrupamento 777 do Cachão	918,00
Camir - Clube Amador de Mirandela	12.757,50
Casa da Cultura e Recreio de Cachão	30.240,00
Casa da Cultura e Recreio de Cachão	4.770,00
Clube Ciclismo de Mirandela	4.500,00
Clube de Caça e Pesca de Mirandela	1.468,80
Clube Ténis de Mesa de Mirandela	98.459,88
Filandorra - Teatro do Nordeste, Crl	5.000,00
Futsal Clube de Mirandela	1.417,50
Ginásio Clube Mirandense	2.937,60
Grupo Desportivo de Torre de Dona Chama	3.780,00
Junta de Freguesia de Alvites	5.000,00
Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão	5.000,00
Junta de Freguesia de Torre Dona Chama	10.000,00
Junta de Freguesia do Romeu	5.000,00
Moto Clube de Mirandela	3.744,00
Rancho Folclórico de São Tiago	9.450,00
Resíduos do Nordeste	1.534.120,53
Sport Clube de Mirandela	133.590,00
Universidade do Minho	10.000,00
Total	3.288.505,55

Os juros e outros encargos com a dívida aumentaram 85% relativamente a 2012, os juros de empréstimos de médio e longo prazos ascenderam a 453.770,00 €, representando quase o dobro do valor pago em 2012, explicado pelo valor de juros pagos do empréstimo contratado em 2013 (397.996,00 €), como já foi mencionado anteriormente, o Município de Mirandela não contratava um empréstimo desde 2009 e desde então as taxas de juros cobradas pelas instituições bancárias dispararam, devido ao grande aumento verificado nos *spreads*. Para além do aumento verificado nos juros da dívida financeira, também os juros de mora aumentaram mais de 372.000,00 € relativamente a 2012, no entanto este valor não corresponde apenas a juros de mora de 2013, explica-se também pelas Notas de Débito de juros de mora devidos pela existência de faturação vencida constante das listagens de faturas a pagar com o empréstimo de saneamento financeiro.

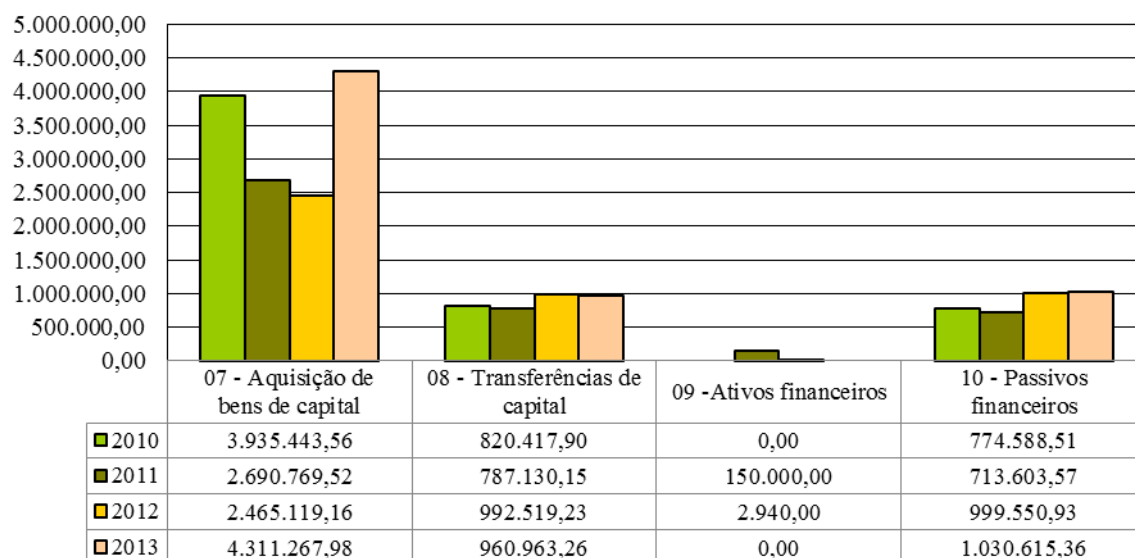
Os subsídios correspondem à despesa com os programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP) que visam impulsionar a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, os encargos com estes programas foi de 143.409,34 €, menos 12% que em 2012. A este valor acresce ainda a despesa com o subsídio de refeição que em 2013 foi de 63.383,88 €, bem como dos seguros de acidentes de trabalho. Salienta-se que estes programas são comparticipados pelo IEFP, tendo o Município recebido 190.859,79 conforme se pode verificar no Quadro n.º 5.

♦ Despesa de Capital

A despesa de capital ascendeu a 6.302.846,60 €, ou seja a mais elevada dos últimos quatro anos, este aumento decorre do pagamento de dívidas no âmbito do saneamento financeiro, relativas à aquisição de bens de capital.

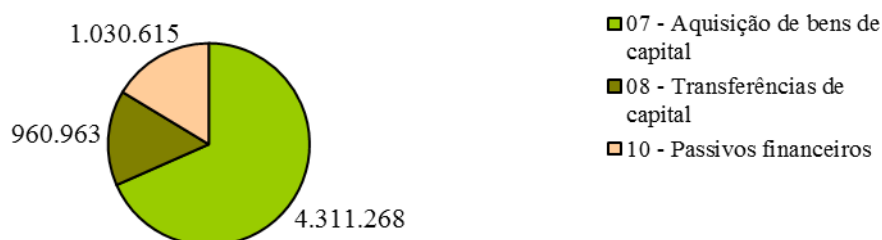
As despesas de capital tiveram uma ligeira diminuição, enquanto que a amortização de empréstimos de médio e longo prazo teve um comportamento inverso.

Gráfico n.º 11 - Evolução da Estrutura da Despesa de Capital



Da observação do Gráfico n.º 11 verifica-se que a despesa de capital mais relevante durante o ano de 2013 foi a correspondente à aquisição de bens e serviços de capital, conforme já referido.

Gráfico n.º 12 - Composição da Despesa de Capital



A despesa de aquisição de terrenos teve um aumento muito significativo consequência do pagamento de dívidas de anos anteriores bem como da compra de terrenos para execução do projeto de investimento denominado Acesso Oeste do IP4 à Cidade de Mirandela (37.000,00 €).

A rubrica escolas apresenta um aumento superior a 667.000,00 €, esta variação explica-se pelos pagamento efetuados no âmbito da empreitada da EsACT. Relativamente ao equipamento informático, a valor executado corresponde na sua maioria, aos pagamentos efetuados à AMTQT no âmbito do projeto de Rede Comunitária de Banda Larga.

As rubricas Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, Viação Rural e Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, pertencem aos grupo das despesas de capital mais executadas durante o exercício de 2013, essencialmente devido aos acordos de dívida existentes que foram pagos com o saneamento financeiro. Engloba-se também neste grupo de despesas a obra de Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras (248.471,51)

Quadro n.º 8 – Execução das Despesas de Aquisição de Bens de Capital

Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos		Execução	Taxa Exec.
		Exercício	Exercícios Futuros		
Aquisição de Bens de Capital					
Terrenos	175.000,00	173.134,00	0,00	168.134,00	96,08%
Habitacões					
Aquisição	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	100,00%
Reparação e Beneficiação	17.500,00	15.163,07	0,00	15.163,07	86,65%
Edifícios					
Instalações de Serviços	244.000,00	228.855,33	0,00	139.047,88	56,99%
Escolas	1.129.761,00	1.055.547,37	2.268,00	686.276,71	60,75%
Outros	194.047,00	134.959,10	0,00	40.424,11	20,83%
Construções Diversas					
Parques e Jardins	137.500,00	135.102,13	0,00	125.028,52	90,93%
Instalações Desportivas e Recreativas	24.500,00	21.182,28	0,00	18.582,43	75,85%
Material de Transporte	95.000,00	59.407,04	0,00	37.903,26	39,90%
Equipamento de Informática	362.000,00	360.730,62	119.404,25	351.219,12	97,02%
Software Informático	17.000,00	16.676,38	0,00	16.676,38	98,10%
Equipamento Administrativo	74.820,00	58.231,93	0,00	47.666,02	63,71%
Equipamento Básico					
Equipamento de Recolha de Resíduos	46.000,00	42.730,41	0,00	35.606,19	77,40%
Outros	63.500,00	53.275,96	2.045,36	40.537,12	63,84%
Ferramentas e Utensílios	10.500,00	8.551,50	876,32	8.551,50	81,44%
Artigos e Objectos de Valor	3.500,00	2.900,00	0,00	2.900,00	82,86%
Outros Investimentos	258.712,00	250.076,34	5.460,00	151.128,74	58,42%
Material de Transporte - Locação Financeira	7.500,00	6.905,22	0,00	6.905,22	92,07%
Bens Dominio Público					
Outras Construções e Infraestruturas					
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	1.970.910,00	1.914.270,08	45.824,40	1.191.315,44	60,44%
Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	443.500,00	438.895,59	19.563,71	301.935,97	68,08%
Iluminação Pública	235.000,00	224.276,11	0,00	223.764,63	95,22%
Parques e Jardins	24.000,00	23.396,78	0,00	22.886,82	95,36%
Captação e Distribuição de Água	113.000,00	104.560,76	8.471,21	80.642,25	71,36%
Viação Rural	736.925,00	716.058,35	67.232,92	481.108,93	65,29%
Sinalização e Trânsito	5.500,00	2.214,46	0,00	2.033,16	36,97%
Cemitérios	101.000,00	71.154,13	1.161,96	39.481,80	39,09%

Outras	67.500,00	66.348,71	18.919,93	66.348,71	98,29%
Total	6.568.175,00	6.194.603,65	291.228,06	4.311.267,98	65,64%

Os investimentos realizados são imputados a áreas de intervenção de acordo com a classificação funcional da despesa, assim, o Quadro n.º 9 apresenta as despesas com a aquisição de bens de capital, ou seja, aquelas que compõem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de acordo com a classificação funcional.

Pela sua observação, conclui-se que para a função de administração geral, foram canalizadas 1.326.574,52 € das verbas da Autarquia, essencialmente devido ao equipamento informático e à EsACT, inscrita nesta função porque a função educação apenas compreende as despesas com o ensino não superior.

No grupo do ordenamento do território destaca-se a intervenção realizada na rua e avenida das Amoreiras.

Nos transportes rodoviários, evidenciam-se as intervenções em arruamentos, muros e passeios em todo o concelho, os pagamentos referentes à empreitada de pavimentação da estrada municipal de ligação entre a EN 15 e a EN 314, passando por Avidagos, bem como à obra estrada municipal de Valbom Pitez – Vale de Gouvinhas inscritos na listagem anexa ao contrato de empréstimo de saneamento financeiro.

Quadro n.º 9 – Execução do PPI por Classificação Funcional

Código	Classificação Funcional	Dotação Corrigida	Valor Executado	% Peso P/ Rubrica	%Execução
1.	FUNÇÕES GERAIS	2.017.293,00	1.326.574,52	30,77	65,76
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.016.793,00	1.326.574,52	30,77	65,78
1.1.1.	Administração geral	2.016.793,00	1.326.574,52	30,77	65,78
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	500,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	500,00	0,00	0,00	0,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	2.142.757,00	1.219.690,21	28,29	56,92
2.1.	EDUCAÇÃO	63.000,00	48.632,80	1,13	77,19
2.1.1.	Ensino não superior	63.000,00	48.632,80	1,13	77,19
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	50.500,00	0,00	26,66	0,00
2.3.1.	Segurança	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.	Acção social	500,00	0,00	26,66	0,00
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	1.898.210,00	1.149.574,98	26,66	60,56
2.4.1.	Habitação	27.000,00	25.163,07	0,58	93,20
2.4.2.	Ordenamento do território	955.210,00	518.830,36	12,03	54,32

2.4.3.	Saneamento	443.500,00	301.935,97	7,00	68,08
2.4.4.	Abastecimento de água	113.000,00	80.642,25	1,87	71,36
2.4.5.	Resíduos sólidos	46.000,00	35.606,19	0,83	77,40
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	313.500,00	187.397,14	4,35	59,78
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	131.047,00	21.482,43	0,50	16,39
2.5.1.	Cultura	106.547,00	2.900,00	0,07	2,72
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	24.500,00	18.582,43	0,43	75,85
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.408.125,00	1.765.003,25	40,94	73,29
3.2.	Indústria e energia	283.000,00	270.364,63	6,27	95,54
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.047.625,00	1.427.044,32	33,10	69,69
3.3.1.	Transportes rodoviários	2.047.625,00	1.427.044,32	33,10	69,69
3.4.	Comércio e Turismo	7.500,00	4.068,00	0,09	54,24
3.4.2.	Turismo	7.500,00	4.068,00	0,09	54,24
3.5.	Outras funções económicas	70.000,00	63.526,30	1,47	90,75
Total		6.568.175,00	4.311.267,98	100,00	65,64

Para finalizar a análise das despesas correntes, apresenta-se o Quadro n.º 10 que enumera as transferências de capital realizadas no ano de 2013.

Quadro n.º 10 – Transferências de Capital

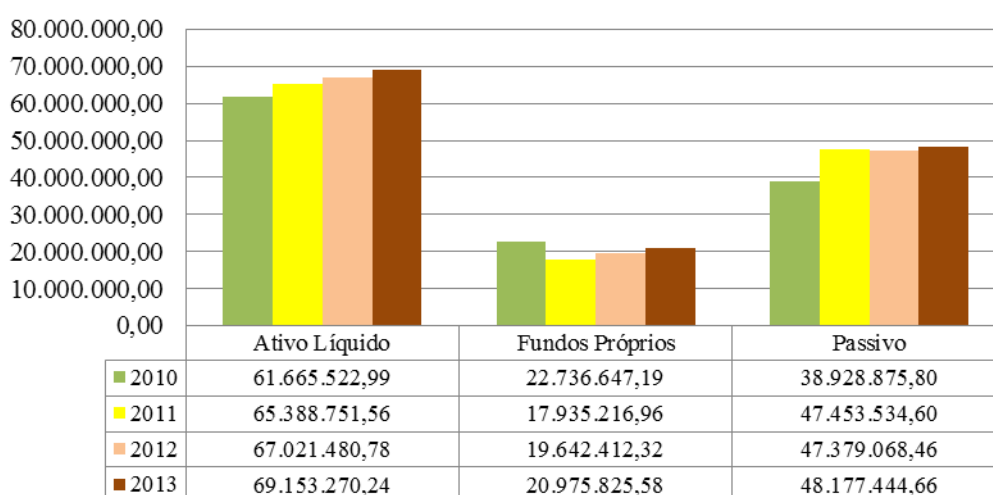
Entidade	Valor
Aero Clube de Mirandela	5.600,00
Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Vale de Madeiro	10.000,00
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana	53.819,85
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Torre De Dona Chama	78.418,52
Associação Mircom-Mirandela Comercial	32.328,00
Associação Portuguesa de Pais E Amigos do Cidadão Deficiente Mental	77.868,12
Casa da Cultura e Recreio do Cachão	74.400,00
Centro Social Paroquial de Romeu	121.275,36
Confraria de Nossa Senhora do Amparo	56.500,00
Fábrica da Igreja de Vale Telhas	3.000,00
Junta de Freguesia de Carvalhais	25.209,44
Junta de Freguesia de Franco	2.000,00
Junta de Freguesia de Suções	11.798,06
Junta de Freguesia de Torre dona Chama	28.000,00
Junta de Freguesia do Romeu	3.000,00
Resíduos do Nordeste	211.596,27
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	120.773,63
Transferências para famílias carenciadas ao abrigo do Programa Social de Emergência	45.376,01
Total	960.963,26

3 – Situação Económico-Financeira

3.1 – Análise da Estrutura do Balanço

O Balanço reflete a situação financeira e patrimonial da Autarquia em 31 de dezembro de 2013, comparando-a com a do exercício anterior. Pela análise do Gráfico n.º 13, constata-se que tanto o ativo, como o passivo e os fundos próprios do Município aumentaram no último exercício económico, sendo que o aumento verificado no ativo é superior ao aumento do passivo.

Gráfico n.º 13 - Evolução da Estrutura do Balanço



O ativo líquido aumentou 2.131.789,46 € relativamente a 2012, para esta variação, a rubrica que mais contribuiu foi o imobilizado, que teve um acréscimo de 1.411.322,41 € e que representa mais de 92% do total do ativo líquido.

As dívidas de terceiros de curto prazo aumentaram quase 295.000,00 € devido ao aumento do valor da receita por cobrar relativa à taxa de ocupação da via pública e das faturas de consumo de água. Existe ainda a dívida do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, relativa aos pedidos de financiamento de obras participadas, encontrando-se por receber um montante total de mais de 500.000,00 €.

Os fundos próprios aumentaram 1.333.413,26 €, este valor resulta do efeito conjugado do crescimento do património (devido à inventariação de um edifício do Município que não tinha sido inscrito no balanço inicial), das doações e do resultado líquido do exercício, com a diminuição dos resultados transitados, uma vez que o resultado líquido do exercício de 2012 foi negativo.

Quadro n.º 11 – Balanço Sintético

Descrição	2013		2012		Variação
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor
Imobilizado	64.066.674,80	92,64	62.655.352,39	93,49	1.411.322,41
Existências	414.565,33	0,60	456.359,54	0,68	-41.794,21
Dívidas de Terceiros - curto prazo	2.323.344,36	3,36	2.028.901,96	3,03	294.442,40
Disponibilidades	1.638.968,53	2,37	1.500.370,14	2,24	138.598,39
Acréscimos e Diferimentos	709.717,22	1,03	380.496,75	0,57	329.220,47
Ativo Líquido	69.153.270,24	100,00	67.021.480,78	100,00	2.131.789,46
Património	16.995.510,99	83,30	16.663.150,59	84,83	332.360,40
Reservas	1.110.639,02	5,44	1.110.639,02	5,65	0,00
Subsídios	95.892,50	0,47	95.892,50	0,49	0,00
Doações	51.393,00	0,25	43.943,00	0,22	7.450,00
Resultados Trânsitados	1.728.787,21	8,47	3.649.241,70	18,58	-1.920.454,49
Resultado Líquido do Exercício	421.335,54	2,07	-1.920.454,49	-9,78	2.341.790,03
Fundos Próprios	20.403.558,26	100,00	19.642.412,32	100,00	761.145,94
Provisões para riscos e encargos	1.378.419,93	2,83	0,00	0,00	1.378.419,93
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazos	15.865.475,63	32,54	9.296.090,99	19,62	6.569.384,64
Dívidas a Terceiros - curto prazo	10.281.016,01	21,09	19.160.955,01	40,44	-8.879.939,00
Acréscimos e Diferimentos	21.224.800,41	43,54	18.922.022,46	39,94	2.302.777,95
Passivo	48.749.711,98	100,00	47.379.068,46	100,00	1.370.643,52

O passivo sofreu um acréscimo de 1.370.643,52 € face ao registado no final de 2012, devido essencialmente ao facto de, durante o ano 2013, terem sido registadas provisões para riscos e encargos no montante total de 1.378.419,93 €. As provisões são custos económicos contabilizados para fazer face a riscos de perdas de natureza certa, de montante ainda não quantificado, respeitando o princípio da prudência e da especialização do exercício. Deste modo, encontrando-se este Município com processos judiciais em curso, foram constituídas provisões com a finalidade de antecipar a contabilização de um custo correspondente a uma despesa cuja ocorrência é provável, mas de montante incerto.

Os acréscimos de diferimentos, à semelhança dos anos anteriores, apresentam um valor elevado, nomeadamente os proveitos diferidos (19.326.002,35 €), devido aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação de obras financiadas, uma vez que só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, pelo que este elevado valor que figura no passivo, não corresponde a nenhuma forma de dívida da Autarquia.

Conforme se pode verificar pela análise do Quadro n.º 12, a dívida a fornecedores c/c diminuiu 7.158.998,79 €, e a dívida a fornecedores de imobilizado diminuiu 1.194.635,29 €, se for excluído o montante de 7.600.000,00 €, que corresponde ao empréstimo de saneamento financeiro, o qual permitiu passar a dívida comercial para dívida financeira, constata-se que houve uma redução de 753.634,08 €, para além da utilização do empréstimo.

A dívida de empréstimos de médio e longo prazo teve um aumento de 7.600.000,00 € correspondente ao empréstimo de saneamento financeiro visado pelo Tribunal de Contas em março de 2013 e a diminuição de 1.030.615,36 € relativa às amortizações dos empréstimos contratados em anos anteriores, o que, no total, perfaz um aumento de 6.569.384,64 €.

Quadro n.º 12 – Dívida a Fornecedores e Instituições Bancárias

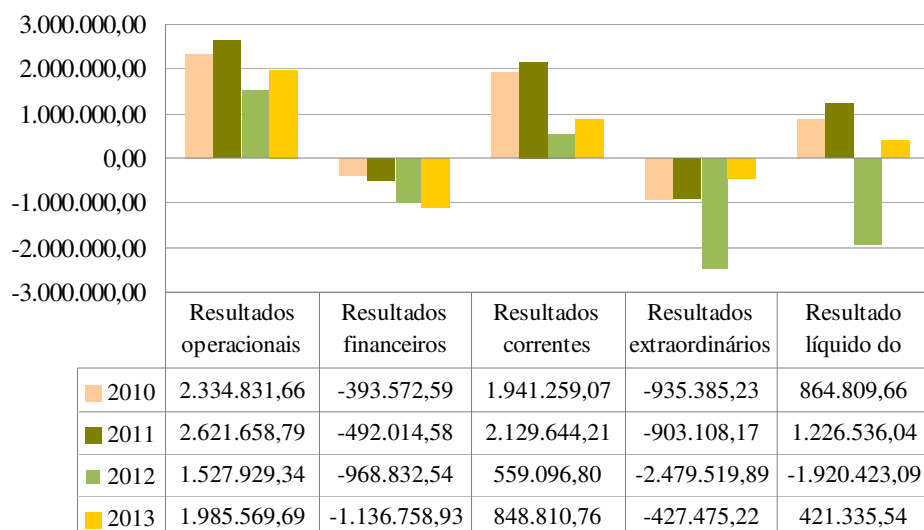
Descrição	2013	2012	Varição
Fornecedores c/c	7.487.185,18	14.646.183,97	-7.158.998,79
Fornecedores de Imobilizado	1.228.424,91	2.423.060,20	-1.194.635,29
Empréstimos	15.865.475,63	9.296.090,99	6.569.384,64
Total	24.581.085,72	26.365.335,16	-1.784.249,44

3.2 – Análise da Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados, reflete os resultados económicos da actividade da Autarquia durante o exercício. Os custos e perdas e os proveito e ganhos são classificados de acordo com a respectiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

O Gráfico n.º 14 representa a evolução dos resultados no último quadriénio.

Gráfico n.º 14 Evolução dos Resultados



O Quadro n.º 13, ilustra os custos e perdas assim como os proveitos e ganhos que contribuíram para o resultado do exercício de 2013. Verifica-se que o resultado líquido do ano de 2013 foi positivo, o que demonstra um grande aumento dos proveitos face aos custos relativamente ao ano de 2012 em que o resultado líquido foi negativo. Do lado dos custos, a maior variação aconteceu nas provisões do exercício, uma vez que em 2013 foram registadas provisões relativas a processos judiciais em curso no montante de 1.378.419,93 €, por outro lado os custos extraordinários tiveram uma redução de 1.241.571,84 €.

No que respeita aos proveitos, registou-se um aumento nas transferências devido essencialmente ao aumento dos fundos municipais, como já foi referido anteriormente, em 2012 houve uma retenção no FEF para regularização de dívidas à ADSE. Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram 810.504,23 €.

Quadro n.º 13 – Demonstração de Resultados

Descrição	2013		2012		Variação
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor
Custos e Perdas					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.491.330,43	7,44	1.385.694,12	6,95	105.636,31
Fornecimentos e serviços externos	5.151.485,00	25,69	5.057.207,51	25,38	94.277,49
Custos com pessoal	6.394.574,20	31,89	6.579.464,22	33,01	-184.890,02
Transferências e subsídios	1.901.176,17	9,48	2.068.754,32	10,38	-167.578,15
Amortizações do exercício	1.120.502,62	5,59	1.083.665,06	5,44	36.837,56
Provisões do exercício	1.378.419,93	6,87	0,00	0,00	1.378.419,93
Outros custos operacionais	60.904,21	0,30	123.014,57	0,62	-62.110,36
Custos e perdas financeiros	1.166.562,53	5,82	1.004.021,37	5,04	162.541,16
Custos e perdas extraordinários	1.385.539,34	6,91	2.627.111,18	13,18	-1.241.571,84
Total de custos e perdas	20.050.494,43	100,00	19.928.932,35	100,00	121.562,08
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços	2.096.898,29	10,24	1.897.576,28	10,54	199.322,01
Impostos e taxas	3.759.454,21	18,36	3.634.099,47	20,18	125.354,74
Proveitos Suplementares	3.075,44	0,02	2.402,94	0,01	672,50
Transferências e subsídios obtidos	12.237.261,37	59,78	11.473.708,31	63,71	763.553,06
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.387.272,94	6,78	817.942,14	4,54	569.330,80
Proveitos e ganhos financeiros	29.803,60	0,15	35.188,83	0,20	-5.385,23
Proveitos e ganhos extraordinários	958.064,12	4,68	147.559,89	0,82	810.504,23
Total de proveitos e ganhos	20.471.829,97	100,00	18.008.477,86	100,00	2.463.352,11
Resultado Líquido do Exercício	421.335,54		-1.920.454,49		-1.499.118,95

4 – Endividamento

A Lei n.º 66-B / 2012 de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2013, define, no seu artigo 98.º, limite de endividamento municipal para o ano de 2013, que no caso do Município de Mirandela é de 15.149.087,00 €

O Quadro n.º 14, sintetiza o cálculo do endividamento do Município para o ano de 2013, demonstrando a sua situação face aos limites legalmente estipulados.

Quadro n.º 14 – Situação do Endividamento Face aos Limites

Designação	Montante
Total endividamento bancário curto prazo	0,00
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo	15.865.475,63
Total endividamento líquido	20.969.276,58
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazo	651.000,00
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-278.006,67
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento	105.061,44
Dívidas à EDP 1988	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	16.411.414,19
Endividamento líquido a considerar	20.586.208,47

Limites de Endividamento

Designação	Montante
Endividamento de curto prazo	1.211.926,96
Endividamento de médio e longo prazo	12.119.269,60
Endividamento Líquido	15.149.087,00

Situação Face aos Limites

Designação		Montante
Endividamento de médio e longo prazo	Excesso	4.292.144,59
	Margem	
Endividamento Líquido	Excesso	5.437.121,47
	Margem	

5 – Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento do ponto 2.7.3 do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - POCAL, o Município de Mirandela propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 421.335,54 € seja repartido da seguinte forma:

- Reforço das Reservas Legais: 21.066,78 €.
- Resultados transitados: 400.268,76 €.

6 – Demonstração do Cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro.

Neste enquadramento apresenta-se a demonstração da execução do plano de saneamento financeiro (PSF), através da comparação dos valores previsto no plano para o ano de 2013, com os valores efectivamente executados, bem como da apresentação de uma mapa a com o grau de execução das medidas previstas no plano.

A presente avaliação deve ser apreciada com a devida ponderação atendendo a que o ano de 2013 é o primeiro ano de um horizonte temporal do PSF e apenas teve o seu início durante o mês de março de 2013.

6.1 – Execução das Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

Descrição das Medidas	Previsão no PSF	Concretização
I - Eficiência Organizacional		
1 - Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas. Redução de 15% do n.º de unidades orgânicas e respetivos dirigentes.	Reduzir duas unidades orgânicas dotadas.	A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal, sendo que a nova estrutura contempla apenas uma unidade orgânica nuclear (departamento), quatro unidades orgânicas flexíveis (divisões) e uma unidade orgânica de 3.º grau, o que, a nível de estrutura, corresponde a uma redução cinco unidades orgânicas. Relativamente à ocupação das unidades orgânicas, encontra-se provido um lugar de diretor de departamento, e seis lugares de chefe de divisão, sendo que dois correspondem a divisões da antiga estrutura orgânica que serão extintos no final da respetiva comissão de serviço. A unidade orgânica de 3.º grau não se encontra dotada. Neste sentido foram reduzidas 3 unidades orgânicas dotadas.
2 - Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.	Fusão dos SMAM; Extinção da parceria público-privada Mirandela XXI;	A fusão do SMAM foi efetuada em 31/12/2011. A Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção da parceria público-privada em 16/04/2012.

3 - Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), Auditoria Interna e Controlo de Gestão.	Agregar numa unidade orgânica instrumental as empreitadas de obras públicas e as aquisições de bens e serviços; Planeamento das acções por administração direta; Implementação da função auditoria interna e controlo de gestão.	Foi criada a Área Funcional de Recursos Físicos, onde se encontram centralizados todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, obras por administração direta e empreitadas. Foi também criado o Gabinete Jurídico e de Auditoria Interna.
4 - Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela avaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes.	1) Informatização de circuitos por processos 2) Processo de certificação da qualidade; 3) Prestação de serviços numa ótica multicanal.	Sistema sigmaflow implementado; Todos os serviços estão certificados, tendo sido realizada uma auditoria externa de acompanhamento no final de 2013, cujo resultado foi a manutenção da certificação do Município. Foi criada uma plataforma intitulada "Tua Câmara" para prestação de serviços on-line.
5 - Implementação do sistema de Contabilidade Analítica.	Submeter à apreciação superior a proposta de arquitetura organizacional de suporte à implementação e manutenção da função contabilidade analítica; Apresentar a moldura concetual da tabela de centro de custos e de investimento.	O processo de implementação da contabilidade de custos iniciou-se em Novembro de 2013 com acções de formação em contexto de trabalho, bem como realização de toda a parametrização necessária ao arranque da contabilidade de custos em janeiro de 2014.
6 - Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2012 (aplicável a 2013, caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação).	Implementar em 2013 caso se encontrem reunidas condições.	Não se encontram ainda reunidas condições para a sua implementação.
7 - Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.	Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.	A taxa de execução orçamental do Município tem vindo a aumentar, sendo que em 2013 foi de 78% para o orçamento da receita e da despesa, o que comparativamente às taxas de execução alcançadas em 2012 (59% para o orçamento da receita e 58% para o orçamento da despesa), demonstram um forte aumento.
II - Economia, redução da despesa		

8 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tectos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultoria.	Valor limite de despesa para 2013 - 51.300,00 €.	Valor executado em 2013 – 39.655,20 €.
9 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.	Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e CIM-TM a concretização dos procedimentos concursais.	Implementado. Foram efetuados procedimentos de aquisição de bens e serviços através da AMTQT, como por exemplo a implementação da higiene, medicina e segurança no trabalho, negociação do plano de formação para implementação da contabilidade de custos., bem como o plano de formação interna para o Município.
10 - Redução e racionalização de auto-consumos Municipais.	Redução de 10% da despesa com comunicações móveis e fixas, combustível, gás, e energia elétrica.	Durante o ano de 2013 houve a redução operada no consumo de combustíveis foi de cerca de 7%, enquanto que nas comunicações foi de apenas 1%. Os encargos com instalações, nomeadamente o consumo de gás e eletricidade diminuíram 5,39%. Verificando-se uma redução total superior a 10%.
11 - Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.	Valor limite para 2013 - 710.220,00 €.	Valor executado em 2013 -715.148,77 €, sendo ligeiramente superior ao valor estipulado no PSF, evidenciando-se que o tarifário tem tido aumentos consecutivos. Encontra-se em curso a empreitada <i>Redução da Fatura Energética na Rede de Iluminação Pública - Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso</i> . É de destacar que a receita de produção de energia elétrica arrecada pelo Município durante o ano de 2013 foi de cerca de 7.400,00 €.

<p>12 - Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.</p>	<p>Valor limite de transferências correntes, de capital e subsídios para 2013 - 2.864.723,00 €</p>	<p>Despesa paga: 04 Transf. Correntes - 3.288.505,55 € dos quais 1.534.120,53 € correspondem a transferências para a empresa Resíduos do Nordeste e 1.160.709,54 € foram transferidos para a AMTQT, devidos pela prestação do serviço de recolha de resíduos sólidos. Salienta-se que 1.317.669,80 € correspondem a faturas destas entidades constantes na relação de faturas a liquidar com o empréstimo de saneamento financeiro, ou seja encargos de anos transatos; 08 Transf. de Capital - 960.963,26 €, das quais 211.596,27 €, correspondem a faturas da empresa Resíduos do Nordeste de anos anteriores, constantes no PSF, e 53.819,85 € foram transferidos para a AMTQT para comparticipação do empréstimo de médio e longo prazo; 05 Subsídios - 143.409,34 €, respeitam a pagamentos de bolsas no âmbito de programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Nesta conformidade, o valor efetivamente pago a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa é de apenas 1.289.222,62 €, ou seja o valor executado em 2013 foi inferior ao previsto no PSF.</p>
<p>13 - Optimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, recionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.</p>	<p>Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta; Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.</p>	<p>Em fase de implementação. No final do ano de 2013 foi configurada a aplicação de máquinas e viaturas como forma de aumentar o rigor na gestão da frota automóvel, foi também adquirida uma viatura para substituição de uma outra que se encontrava obsoleta.</p>

14 - Redução do número de colaboradores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação.	Redução de cinco colaboradores, originando uma poupança anual de 57.960,00 €.	Em 2013 verificou-se a saída de 10 trabalhadores, 1 por falecimento, 2 por mobilidade, 2 por termo do contrato e 5 por aposentação. Em contrapartida não houve nenhuma admissão. No entanto, a despesa com pessoal aumentou, em relação a igual período do ano anterior, devido ao pagamento em duodécimos do subsídio de natal conforme O.E. 2013, e reposição do subsídio de férias mediante fiscalização sucessiva do Tribunal Constitucional. Considerando que o aumento total na rubrica de despesas com pessoal foi de cerca de 319.000,00 €, e que o valor de subsídios de férias e natal pagos em 2013 foi de 715.000,00 €, ou seja mais 345.243,26 € que em 2012, resulta uma diminuição nas despesas com pessoal de 26.177,25 €, que somada aos encargos decorrentes do pagamento dos subsídios de férias e natal, nomeadamente encargos com a Segurança social e caixa geral de aposentações (parte de entidade), representam um decréscimo superior ao estipulado no PSF.
15 - Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.	Ajudas de custo - 37.720,38 €; Horas extraordinárias - 36.876,60 €	Valor pago em 2013: Ajudas de custo - 24.857,72 €; Horas extraordinárias - 62.606,01 €, o valor pago em horas extraordinárias ultrapassa o valor previsto no PSF, no entanto estão a ser implementadas medidas mais rigorosas de controlo do trabalho extraordinário, bem como negociação do horário de trabalho em função das necessidades dos serviços, de forma a permitir uma maior rentabilização dos recursos humanos do Município, sendo também de considerar que a redução do n.º de trabalhadores origina uma sobrecarga nos restantes efetivos, que se reflete no aumento do n.º de horas extraordinárias realizadas.
III - Aumento da receita		
16 - Elaborar um plano de rentabilização do património Municipal.	515.000,00 € de receita anual.	A conjuntura económica atual não é favorável à implementação desta medida, pelo que não foi ainda possível a sua concretização.
17 - Aumento da eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.	Impostos indiretos - 98.175,00 €; Taxas - 493.185,00 €	Valor cobrado em 2013: Impostos indiretos - 49.730,77, no entanto existe um valor de receita por cobrar no final de 2013 de 1.174.499,42 € que a Autarquia prevê arrecadar em 2014; Taxas - 257.726,88 €. Salienta-se que a nova Tabela de Taxa do Município, só entrou em vigor em 2014, o que explica o desvio verificado nesta rubrica.

18 - Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.	Revisão da tabela de taxas e adaptação ao Decreto Lei n.º 48/201, de 1 de abril.	Processo em fase de conclusão no final do ano de 2013, sendo que a nova Tabela de Taxas entrou em vigor em 2014.
19 - Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.	Receita anual estimada 144.768,00 €.	Encontra-se em curso uma empreitada que engloba a implementação de estacionamento tarifado, designadamente "Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários". Salienta-se que o Regulamento do Estacionamento Tarifado de Curta Duração foi aprovado no início de 2014.
20 - Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaços e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.	750.000,00 em 2011 (retroativamente) e 500.000,00 em 2012 e seguintes.	Valor liquidado em 2011 - 806.335,00 €; Valor liquidado em 2012 - 203.452,00 €; Valor liquidado em 2013 - 203.452,00 €.
21 - Reestruturação da matriz tributária.	Plano de revisão da matriz tributária.	Medida a implementar.
22 - Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados nos termos do código do IMI e em 0,6% para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8% para os prédios rústicos.	Valor a cobrar em 2013 - 1.592.890,00 €.	As taxas de IMI fixadas para 2013 são as estipuladas no PSF, em 2013 foi cobrado o montante de 1.784.004,52€, valor superior ao previsto no PSF.
23 - Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.	Revisão dos preços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.	Revisão de preços em estudo nos termos das recomendações que têm vindo a ser publicadas e que apontam para o equilíbrio do rácio poluidor/pagador, sendo que a Lei n.º 10/2014, de 06 de março, veio conferir à ERSAR a competência legal para determinar os tarifários dos sistemas municipais.

6.2 – Execução da Receita e Despesa

O Quadro n.º 16 estabelece a comparação entre os valores executados da receita e despesa com os valores previstos no PSF. Pela sua análise podemos concluir que apesar de ter havido um desvio negativo de 2.714.601,73 € face à receita prevista, a despesa paga foi igualmente inferior ao valor previsto no PSF, em 2.951.890,20 €, ou seja superou o défice da execução da receita.

No que respeita à receita corrente, de salientar que a rubrica relativa às taxas, tinha como pressuposto a alteração à Tabela de Taxas do Município, que apenas se concretizou no início do ano de 2014, pelo que o valor cobrado é inferior ao previsto no Plano. O mesmo se verifica para a rubrica de venda de bens e serviços correntes, uma vez que a atualização dos preços da Autarquia, está também prevista nas medidas do PSF, sendo esta uma medida para concretizar em 2014.

No que respeita à venda de bens de investimento, não foi ainda possível alcançar o objetivo traçado na medida n.º 16 do plano, conforme se pode verificar no Quadro n.º 15.

Na Despesa, destaca-se a redução na rubrica de aquisição de bens e serviços correntes e na aquisição de bens de capital que totalizam um redução de 4.632.007,56 € face ao previsto.

As transferências correntes registaram um aumento de 936.807,91 €, que conforme mencionado no Quadro n.º 15, respeita a pagamentos efetuados à AMTQT e à empresa Resíduos do Nordeste, constantes da lista de pagamentos anexa aos contratos de empréstimo do PSF.

Deste conjunto de movimentos resulta um saldo orçamental para a gerência de 2014 de 666.535,27 €, representando mais de metade do valor previsto.

Quadro n.º 16 – Fluxos de Caixa

Descrição	Executado	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Saldo da Gerência Anterior	1.500.370,14	1.500.250,93	100 %	119,21
Execução Orçamental	538.798,51	538.798,51	100%	0,00
Operações de Tesouraria	961.571,63	961.452,42	100%	119,21
Receita				
Receita Corrente	17.117.289,77	17.290.928,64	99 %	-173.638,87
01 - Impostos diretos	2.535.659,25	2.457.970,37	103%	77.688,88
02 - Impostos indiretos	49.730,77	79.301,20	63%	-29.570,43
04 - Taxas, multas e outras penalidades	257.726,88	346.457,93	74%	-88.731,05
05 - Rendimentos de propriedade	1.127.747,50	853.188,80	132%	274.558,70
06 - Transferências correntes	10.183.556,41	10.302.282,00	99%	-118.725,59
07 - Venda de bens e serviços correntes	2.902.607,99	3.118.259,83	93%	-215.651,84
08 - Outras receitas correntes	60.260,97	133.468,51	45%	-73.207,54

Receita de Capital	10.924.330,79	13.466.996,90	81 %	-2.542.666,11
09 - Venda de bens de investimento	3.956,92	515.000,00	1%	-511.043,08
10 - Transferências de capital	3.320.373,87	5.351.835,42	62%	-2.031.461,55
12 - Passivos Financeiros	7.600.000,00	7.600.000,00	100%	0,00
13 - Outras receitas de capital	0,00	161,48	0%	-161,48
Outras Receitas	1.733,25	30,00	5778 %	1.703,25
Receita Orçamental Total	28.043.353,81	30.757.955,54	91 %	-2.714.601,73
Receita Operações de Tesouraria	1.470.229,02	1.166.490,34	126 %	303.738,68

Despesa				
Despesa Corrente	21.612.770,45	23.017.394,00	94 %	-1.404.623,55
01 - Despesas com pessoal	6.730.565,11	6.405.446,36	105%	325.118,75
02 - Aquisição de bens e serviços	9.986.522,39	13.251.743,69	75%	-3.265.221,30
03 - Juros e outros encargos	1.356.726,57	772.492,48	176%	584.234,09
04 - Transferências correntes	3.288.505,55	2.351.697,64	140%	936.807,91
05 - Subsídios	143.409,34	153.279,06	94%	-9.869,72
06 - Outras despesas correntes	107.041,49	82.734,77	129%	24.306,72
Despesa de Capital	6.302.846,60	7.850.113,25	80%	-1.547.266,65
07 - Aquisição de bens de capital	4.311.267,98	5.678.054,27	76%	-1.366.786,29
08 - Transferências de capital	960.963,26	957.860,31	100%	3.102,95
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00		0,00
10 - Passivos financeiros	1.030.615,36	1.214.198,67	85%	-183.583,31
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00		0,00
Despesa Orçamental Total	27.915.617,05	30.867.507,25	90 %	-2.951.890,20
Despesa Operações de Tesouraria	1.466.429,73	1.204.147,68	122 %	262.282,05
Saldo para a Gerência Seguinte	1.631.906,19	1.353.041,88	121 %	278.864,31
Execução Orçamental	666.535,27	429.246,80	155%	237.288,47
Operações de Tesouraria	965.370,92	923.795,08	105%	41.575,84

6.3 – Balanço

O quadro que se segue apresenta os valores do ativo, fundos próprios e passivo, efetuando a comparação com os valores previstos no PSF. O ativo líquido alcançado foi de 99% do valor previsto.

O passivo do Município é superior ao que tinha sido previsto aquando da elaboração do estudo de saneamento, de realçar que durante o ano de 2013 foram registadas provisões para processos judiciais em curso no montante total de 1.378.419,93 €. Salienta-se ainda que no passivo previsional, não foi considerado nenhum valor para acréscimos de custos, tendo esta rubrica finalizado o ano com o montante de 1.898.798,06 €, este valor respeita à contabilização do valor a pagar em 2014 de subsídios de férias e mês aos trabalhadores, uma vez corresponde a um direito adquirido em 2013 e por conseguinte um custo desse ano, assim como à contabilização de custos de

2013 que apenas foram pagos em 2014, não correspondendo a uma dívida real, mas sim à obediência do princípio da especialização do exercício estipulado no POCAL.

Quadro n.º 17 – Balanço

ACTIVO		Ativo Líquido	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Imobilizado	64.066.674,80	65.095.929,11	98%	-1.029.254,31
	Bens de domínio público	23.733.098,99	23.040.368,36	103%	692.730,63
451	Terrenos e recursos naturais	6.000,00	0,00	0%	6.000,00
452	Edifícios	0,00		0%	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	11.646.336,80	12.677.506,08	92%	-1.031.169,28
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00		0%	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00		0%	0,00
445	Imobilizações em curso	16.117.921,65	15.134.660,84	106%	983.260,81
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	4.037.159,46	4.771.798,56	85%	-734.639,10
	Imobilizações incorpóreas	228.354,35	202.949,68	113%	25.404,67
431	Despesas de instalação	0,00		0%	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	7.273,91	0%	-7.273,91
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00		0%	0,00
439	Outras imobilizações incorpóreas	228.354,35	29.095,65	785%	199.258,70
443	Imobilizações em curso	0,00	171.132,60	0%	-171.132,60
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	0,00	4.552,48	0%	-4.552,48
	Imobilizações corpóreas	36.322.818,52	38.070.208,13	95%	-1.747.389,61
421	Terrenos e recursos naturais	2.615.729,81	2.636.271,98	99%	-20.542,17
422	Edifícios e outras construções	16.459.818,45	18.950.526,07	87%	-2.490.707,62
423	Equipamento básico	2.366.006,22	1.968.505,88	120%	397.500,34
424	Equipamento de transporte	1.879.929,14	1.877.357,05	100%	2.572,09
425	Ferramentas e utensílios	606.582,24	557.482,99	109%	49.099,25
426	Equipamento administrativo	1.872.331,83	1.815.707,32	103%	56.624,51
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0%	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	328.741,32	694.788,48	47%	-366.047,16
442	Imobilizações em curso	20.013.132,93	19.216.745,89	104%	796.387,04
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas		0,00	0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	9.819.453,42	9.647.177,53	102%	172.275,89
	Investimentos financeiros	3.782.402,94	3.782.402,94	100%	0,00
411	Partes de capital	3.782.402,94	3.782.402,94	100%	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0%	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0%	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0%	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0%	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0%	0,00
	Circulante	5.086.595,44	4.997.240,00	102%	89.355,44
	Existências	414.565,33	132.760,58	312%	281.804,75
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	414.565,33	89.988,57	461%	324.576,76
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0%	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0%	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0%	0,00

32	Mercadorias	0,00	42.772,01	0%	-42.772,01
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)	0,00	0,00	0%	0,00
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	2.323.344,36	3.439.445,51	68%	-1.116.101,15
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0%	0,00
211	Clientes c/c	0,00	0,00	0%	0,00
212	Contribuintes c/c	1.408.188,75	1.140.176,11	124%	268.012,64
213	Utentes c/c	74.046,46	299.229,38	25%	-225.182,92
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	266.072,22	266.404,94	100%	-332,72
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0%	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0%	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0%	0,00
24	Estado e outros entes públicos	68.757,75	81.895,38	84%	-13.137,63
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0%	0,00
	Outros devedores	506.279,18	1.651.739,70	31%	-1.145.460,52
	Títulos negociáveis:	0,00	0,00	0%	0,00
151	Ações	0,00	0,00	0%	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0%	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0%	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0%	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0%	0,00
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:	1.638.968,53	1.353.041,88	121%	285.926,65
12	Depositos em instituições financeiras	1.636.076,79	1.348.041,88	121%	288.034,91
11	Caixa	2.891,74	5.000,00	58%	-2.108,26
	Acréscimos e diferimentos:	709.717,22	71.992,03	986%	637.725,19
271	Acréscimos de proveitos	682.179,09	0,00	0%	682.179,09
272	Custos diferidos	27.538,13	71.992,03	38%	-44.453,90
Total Ativo Líquido		69.153.270,24	70.093.169,11	99%	-939.898,87

Fundos Próprio e Passivo		Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Fundos próprios	20.403.558,26	22.940.888,94	89%	-2.537.330,68
51	Património	16.995.510,99	16.663.150,59	102%	332.360,40
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00	0%	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0%	0,00
	Reservas	1.257.924,52	1.242.834,52	101%	15.090,00
571	Reservas legais	1.110.639,02	1.110.639,02	100%	0,00
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00	0%	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0%	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00	0%	0,00
575	Subsídios	95.892,50	95.892,50	100%	0,00
576	Doações	51.393,00	36.303,00	142%	15.090,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00	0%	0,00
59	Resultados transitados	1.728.787,21	3.316.026,48	52%	-1.587.239,27
88	Resultado líquido em exercício	421.335,54	1.718.877,35	25%	-1.297.541,81
	Passivo	48.749.711,98	47.152.280,18	103%	1.597.431,80
292	Provisões para riscos e encargos	1.378.419,93	0,00	0%	1.378.419,93
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	15.865.475,63	15.681.892,32	101%	183.583,31
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	15.865.475,63	15.681.892,32	101%	183.583,31
227	Fornecedores - contratos futuros	0,00	0,00	0%	0,00

2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros	0,00	0,00	0%	0,00
268	Credores diversos - contratos futuros	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	10.281.016,01	10.519.337,16	98%	-238.321,15
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0%	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0%	0,00
221	Fornecedores c/c	7.487.185,18	7.144.527,59	105%	342.657,59
228	Fornecedores - Facturas em receção e conferência	87.280,29	4.046,52	2157%	83.233,77
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0%	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0%	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	1.228.424,91	901.618,27	136%	326.806,64
24	Estado e outros entes públicos	104.890,24	74.424,55	141%	30.465,69
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0%	0,00
	Outros credores	545.006,97	1.587.617,77	34%	-1.042.610,80
	Garantias e Cauções	828.228,42	807.102,46	103%	21.125,96
	Acréscimos e diferimentos:	21.224.800,41	20.951.050,70	101%	273.749,71
273	Acréscimos de custos	1.898.798,06	0,00	0%	1.898.798,06
274	Proveitos diferidos	19.326.002,35	20.951.050,70	92%	-1.625.048,35
Total dos Fundos Próprios e do Passivo		69.153.270,24	70.093.169,12	99%	-939.898,88

6.4 – Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados foi também projetada no estudo de saneamento financeiro do Município, assim, o Quadro n.º 18 faz a comparação entre os valores alcançados no final de 2013 e os valores traçados no estudo, para o mesmo ano.

Relativamente aos custos e perdas, o seu valor ultrapassou o previsto em 2.656.629,65 €. Salienta-se mais uma vez o valor das provisões para riscos e encargos contabilizadas, que não estavam planeadas no mapa previsional. Os fornecimentos e serviços externos tiveram também um desvio de 1.227.390,17 € por outro lado as transferências ficaram aquém do previsto em 603.800,53 €.

Do lado dos proveitos e ganhos, destacam-se os proveitos e ganhos operacionais que ultrapassaram o previsto em 1.253.804,43 €, os impostos e taxas também excederam o valor esperado, assim como os proveitos e ganhos extraordinários. O mesmo não aconteceu às vendas e prestações de serviços, cuja receita cobrada foi inferior à conjeturada.

Quadro n.º 18 – Demonstração de Resultados

Descrição	Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Custos e Perdas	20.050.494,43	17.393.864,78	115%	2.656.629,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.491.330,43	1.452.510,87	103%	38.819,56
Fornecimentos e serviços externos	5.151.485,00	3.924.094,83	131%	1.227.390,17
Custos com pessoal	6.394.574,20	6.405.446,36	100%	-10.872,16
Transferências e subsídios	1.901.176,17	2.504.976,70	76%	-603.800,53
Amortizações do exercício	1.120.502,62	1.293.748,46	87%	-173.245,84

Provisões do exercício	1.378.419,93	0,00	0%	1.378.419,93
Outros custos operacionais	60.904,21	82.734,77	74%	-21.830,56
Custos e perdas financeiros	1.166.562,53	772.492,48	151%	394.070,05
Custos e perdas extraordinários	1.385.539,34	957.860,31	145%	427.679,03
Proveitos e Ganhos	20.471.829,97	19.112.742,12	107%	1.359.087,85
Vendas e prestações de serviços	2.096.898,29	3.118.259,83	67%	-1.021.361,54
Impostos e taxas	3.759.454,21	2.883.729,50	130%	875.724,71
Proveitos Suplementares	3.075,44	853.188,80	0%	-850.113,36
Transferências e subsídios obtidos	12.237.261,37	12.123.904,00	101%	113.357,37
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.387.272,94	133.468,51	1039%	1.253.804,43
Proveitos e ganhos financeiros	29.803,60	0,00	0%	29.803,60
Proveitos e ganhos extraordinários	958.064,12	191,48	500347%	957.872,64
Resultado Líquido do Exercício	421.335,54	1.718.877,34	25%	-1.297.541,80

6.5 – Endividamento

O endividamento do Município de Mirandela em 31 de Dezembro de 2013 era de 20.586.208,47 €, o que representa um excesso face ao limite legalmente estipulado de 5.437.121,47 €. O valor de endividamento líquido projetado no PSF era de 17.719.210,24 €, ou seja menos 2.866.998,23 € que o valor real, no entanto, como já foi referido, não foram considerados valores para provisões e para acréscimos de custos, que totalizaram em 2013 o montante de 3.277.215,99 €. Salienta-se que as dívidas de curto prazo, apenas superaram o previsto em 238.321,15 €, conforme se pode verificar pelo Quadro n.º 17.

Quadro n.º 19 - Endividamento

Designação	Valor	Previsto	Varição
Total endividamento bancário curto prazo	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro do ano em causa	0,00	0,00	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo	15.865.475,63	15.681.892,32	183.583,31
Total endividamento líquido	20.969.276,58	17.554.350,11	3.414.926,47
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazo	651.000,00	650.999,94	0,06
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-278.006,67	269.538,01	-547.544,68
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento	105.061,44	104.677,88	383,56
Dívidas à EDP 1988	0,00	0,00	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	16.411.414,19	16.228.214,38	183.199,81
Endividamento líquido a considerar	20.586.208,47	17.719.210,24	2.866.998,23

Limites de Endividamento

Designação	Valor
Endividamento de curto prazo	1.211.926,96
Endividamento de médio e longo prazo	12.119.269,60
Endividamento Líquido	15.149.087,00

Situação Face aos Limites

Designação		Valor	Previsto	Variação
Endividamento de médio e longo prazo	Excesso	4.292.144,59	4.108.944,78	183.199,81
	Margem			
Endividamento Líquido	Excesso	5.437.121,47	2.570.123,24	2.866.998,23
	Margem			

Mirandela, 11 de abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal;

António José Pires Almor Branco

O Vice-Presidente da Câmara Municipal;

Rui Fernando Moreira Magalhães

A Vereadora em Regime de Tempo Inteiro;

Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;

Manuel Carlos Pereira Rodrigues

O Vereador em Regime de Não Permanência;

José Manuel Correia de Moraes

O Vereador em Regime de Não Permanência;

João Maria Casado Figueiredo

O Vereador em Regime de Não Permanência;

Carlos Manuel Costa Pires